

IDENTIDADE		FOTO	
FILIAÇÃO-PAI	Antonio Salvador Contrucci		
MÃE	Jovina Nogueira Contrucci		
IDADE	12 Jun 1909	ESTADO CIVIL	casado
PROFISSÃO	Dentista	POSTO OU GRAD.	
FUNÇÃO			
NACIONALIDADE	Bras.	NATURAL DE	RIO DE JANEIRO
LÊ	ESCREVE	CERT. RESERVISTA	
TÍTULO ELEITOR	LOCAL TRABALHO		
ESTUDANTE	ESCOLA		NÍVEL Superior
RESIDÊNCIA	Av. Suburbana, 8768 - RIO DE JANEIRO		
OUTROS DADOS	Deputado Estadual p/MDB/ex-GB		

## HISTÓRICO

Através o D.O. nº 80, de 30 Abr 69, teve cassado seu mandato eletivo e suspensos seus direitos políticos pelo prazo de 10 anos, com base no Ato Institucional nº 5, de 13 Dez 68.

Nº. Pro. C.S.S.-292.5, P. 2

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

SECRETARIA-GERAL

ATO INSTITUCIONAL Nº 5

PROCESSO DE

SEBASTIÃO CONTRUCCI

DOCUMENTAÇÃO ORGANIZADA COM VISTAS À APLICAÇÃO DO ARTIGO 4º DO  
ATO INSTITUCIONAL Nº 5

---

DEPUTADO ESTADUAL

SEBASTIÃO CONTRUCCI

- A - EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
- B - FICHA INDIVIDUAL
- C - INFORMAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES  
E DE OUTROS ÓRGÃOS
- D - ANEXOS
  - 1 - DISCURSOS E PRONUNCIAMENTOS
  - 2 - NOTÍCIAS DA IMPRENSA
  - 3 - INFORMES E INFORMAÇÕES

N8. P.no. 292.5, B4

A



A - EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Brasília, DF,  
Em 29 de abril de 1969

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 239/69

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, relativamente à representação do Ministro de Estado da Justiça, para suspensão dos direitos políticos e cassação do mandato eletivo estadual do senhor **SEBASTIÃO CONTRUCCI**, Deputado Estadual, pelo MDB, Seção da GUANABARA, nos termos do Artigo 2º, do Ato Complementar nº 39.

2. Esta Secretaria-Geral, após proceder a minucioso estudo do assunto, compulsando a documentação encaminhada pelo Serviço Nacional de Informações e pelos Serviços de Informações dos Ministérios Militares, concluiu pela inteira procedência das medidas propostas, em face das atividades subversivas desenvolvidas pelo indiciado, através de pronunciamentos, manifestos, participação em agitações, bem como em articulações e reuniões subversivas.

3. Como exemplo dessas atividades, destacam-se os trechos abaixo, constantes da documentação anexa:

3.1 - DISCURSOS NA ASSEMBLEIA

- Em 22 Ago 67

"Sr. Presidente, Srs. Deputados, a minha presença nesta tribuna, hoje, é para manifestar a minha estranheza em relação ao que se passa neste momento no panorama político nacional.

Tivemos a semana que findou com notícias bem desagradáveis para os verdadeiros democratas. Manchetes em que se liam abertamente: "fôrças do Exército garantem cassação do Governador de Mato Grosso". Foi o que se viu, Sr. Presidente. E elas voltaram para os quartéis a uma ordem do Presidente da República. Aquêlê Estado é a principal vítima da "abrilada", conforme está mais do que comprovado."

.....

"Ora, Sr. Presidente, no tempo do Sr. João Goulart, tínhamos a enfrentar a indisciplina de soldados e marinheiros, o que era bem grave. Hoje, temos a de oficiais do Exército, que, com tôdas essas notícias dos jornais e com todo o resultado do inquérito, continuam tendo fôrça suficiente para pressionar deputados e vereadores, a fim de cassar mandatos de representantes do povo legítimamente escolhidos, em pleito livre, de maneira que não sabemos, Sr. Presidente, para onde marchamos."

- Em 26 Out 67

"Não há estágio intermediário que possa estreitar o abismo existente entre a democracia plena e as ditaduras, por mais disfarçadas que sejam estas últimas."

.....

"As revoluções brasileiras e, com mais insistência os golpes de Estado, se tem constituído, ao longo da história republicana, em fator de surpreendente

= continuação da EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS nº 239/69 = Fls. 3

verificação da fidelidade do homem brasileiro ao regime político que sempre se sobrepoz em tôdas as fases de transição a que foi submetido.

Nenhum movimento dessa natureza, mesmo contando com apoio popular, conseguiu implantar normas de exceção de caráter permanente, nem dar-lhes certa estabilidade pelo processo da institucionalização imposta ou consentida."

.....  
 "Então, a Amazônia sofria um sério processo de agressão, um verdadeiro assalto, sem que as autoridades brasileiras, pudessem oferecer-lhe mais que uma débil resistência. Tudo isto era do nosso conhecimento, Sr. Presidente, e nós o afirmávamos durante nossa campanha política em praça pública, mas éramos considerados subversivos e, provavelmente, a sòldo de potência estrangeira. "

.....  
 "Sr. Presidente, pela nota do Ministro da Justiça, vê-se que nós não éramos subversivos, não agimos como subversivos e sim como patriotas. Procuramos esclarecer, mesmo na noite negra da ditadura, o nosso povo, e procuramos alertar as autoridades, as classes armadas, principalmente aquêles oficiais com os quais o Brasil ainda espera e deseja contar para a sua defesa e emancipação. "

- Em 2 Nov 67

"E de fato era, Sr. Presidente, um regime policial-militar-clerical. Os militares davam as ordens, os policiais executavam e os representantes da Igreja banquetevam-se com os governadores e, por conseguinte, pela omissão, pactuavam com os mesmos. Graças a Deus no nosso País já não é mais assim. O regime pode ser militar-policial, mas clerical não ,



= continuação da EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS nº 239/69 = Fls. 4

porque uma grande parcela dos bispos brasileiros, pelo menos os mais identificados com a nossa população, já tomou posição em defesa do nosso povo, em defesa da nossa massa brasileira a mais sacrificada, e tem lutado ultimamente, tem tomado uma posição conseqüente para a erradicação do analfabetismo, das doenças e de ignorância no nosso País."

.....  
 "A Revolução de 1964 precisa pôr cõbro a indivíduos vestidos de soldados e que de militares só possuem a aparência. Não é possível - depois de tantas e tão graves faltas cometidas por criaturas incapazes de ocupar qualquer põsto de autoridade, contra a dignidade de uma maioria que repele procedimentos degradantes à farda, em todos os tempos enobrecida por heróis, inclusive por tantos que deram e são capazes de dar a vida pelo próximo - não é possível deixar que tipos sem competência continuem a tripudiar sõbre a liberdade dos brasileiros, valendo-se da veste militar."

- Em 29 Jun 68

"Sr. Deputado ALOYSIO CALDAS, o relatório que V. Exa está fazendo é a expressão da verdade. É de estranhar que o Sr. Deputado Dalton Xavier não considere violência a retirada do Campo do Botafogo daquelas crianças, naquela posição, como se fõssem prisioneiros de guerra colhidos pelo exército americano no Vietnam: as mõças bolinadas - todo mundo sabe disso - sofrendo os rapazes os maiores vexames. Naturalmente, êles seriam transportados para qualquer dependência policial para serem "tratados a bombons e a doces de cõco" ... É a opinião do Sr. Deputado Dalton Xavier, com a qual não podemos concordar, mas

= continuação da EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS nº 239/69 = Fls. 5

S. Exa. tem o direito de a manifestar. Deve ser a opinião de S. Exa..

Agora, quero responder ao Sr. Deputado Dalton Xavier que, inegavelmente, nós não concordamos com a violência, mas não temos a menor dúvida de que a violência não foi desencadeada pelos estudantes. A Polícia não cumpriu com o seu dever de acompanhar - armada ou desarmada, mas preparada - a passeata dos estudantes, e intervir no momento em que um ou outro elemento procurasse fazer depredações, procurasse sair da faixa da legalidade. A população foi provocada, retirada com bombas de gás lacrimogêneo dos edifícios onde trabalhavam pacificamente. E reagiu. Foi, naturalmente, um popular que jogou o instrumento que matou o soldado, o que é lamentável, como muitíssimo lamentável é também morrerem populares nesses acontecimentos."

- Em 18 Set 68

"Hipoteco a nossa irrestrita solidariedade a essa homenagem porque vemos no ilustre Presidente do Supremo Tribunal Militar um homem de uma sinceridade indiscutida, e por acreditarmos na sinceridade de propósitos que levaram S. Exa. a pegar em armas contra o Governo João Goulart, é que manifestamos a nossa solidariedade à homenagem de hoje.

S. Exa. foi um dos primeiros a manifestar a sua decepção pelos rumos dos acontecimentos. "

.....  
 " A maioria das Forças Armadas estão pagando caro por ter acreditado na preparação de uma guerra revolucionária que nunca existiu. Foi envolvida na manobra de um grupo inescrupuloso que assaltou o poder. Vê-se, agora, responsabilizada pela supressão da democracia e pelo estabelecimento de uma ditadura que

= continuação da EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS nº 239/69 = Fls. 6

prima pela corrupção e pelo entreguismo. Ainda não sabe como sair desta situação depois de ter sido intrigada com a nação e com o povo.

Houve, sem dúvida, o ardiloso propósito de jogar os militares contra os civis e os civis contra os militares a fim de tornar irreversível um nôvo regime amparado pelos fuzis e pelos tanques."

.....  
 "E aí temos um regime que é uma vergonha em todos os sentidos."

.....  
 "Aí é que está a verdadeira subversão que começou em 64 e persiste até hoje, desmantelando o regime democrático para retardar a revolução brasileira."

.....  
 "Por considerar lapidar êste artigo é que o lí da tribuna, Sr. Presidente, para que conste dos Anais da Assembléia."

- Em 24 Set 68

"A Ditadura invade a Universidade de Brasília !"

.....  
 "Há pouco tempo, o super-Ministro da Educação, Cel. ou Gal. Meira Matos, fêz uma declaração, depois de um inquérito moroso, de que havia um estado de guerra subversivo dos estudantes contra os podêres constituídos. E nós constatamos, Sr. Presidente (o povo brasileiro já constatou há muito tempo) esta campanha impune que se faz contra esta juventude. Convence-nos plenamente de que existe, de fato, um estado de guerra permanente, mas é das autoridades da Repú**bl**ica, das autoridades da Nação, contra a juventude, contra os constituídas contra a parte sã de estudantes que são as esperanças da nossa Pátria: que é preciso dar um paradeiro nisso. É preciso que as autoridades mandem investigar de onde parte esta campanha."

= continuação da EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS nº 239/69 = Fls. 7

### 3.2 - NOTÍCIAS DA IMPRENSA

#### 3.2.1 - Correio da Manhã - 22 Ago 67

O Deputado SEBASTIÃO CONTRUCCI disse que "chegou o momento de os generais se levantarem para impor também a disciplina nos quadros mais altos do Exército, quando comentava as notícias de que forças do Exército garantem a cassação do Governador de Mato Grosso. Acrescentando que aquele estado é a principal vítima da "abrilada".

#### 3.2.2 - Tribuna da Imprensa - 3 Abr 68

Notícia que o deputado SEBASTIÃO CONTRUCCI apresentou na Assembléia Legislativa, projeto vetando o porte de armas de fogo pelas corporações policiais incumbidas de repressões, permitidas ou não pelas autoridades estaduais, de manifestações políticas, estudantis ou operárias.

#### 3.2.3 - Diário de Notícias - 30 Abr 68

Disse que se institucionalizou um estado de medo coletivo no Brasil, tais são as medidas repressivas organizadas pelas autoridades policiais e outras incumbidas da segurança pública.

### 3.3 - INFORMAÇÕES EXISTENTES

#### 3.3.1 - Informe nº 55/EMAER - 16 Fev 68

Dentre os apoios que o movimento estudantil esquerdista conta, é significativa a participação de alguns deputados, entre eles, por ser decidido, encontra-se o Sr SEBASTIÃO CONTRUCCI.

= continuação da EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS nº 239 /69 = Fls. 8

3.3.2 - Informe nº 252/SNI/ARJ/1968 - 9 Set 68

- Faz parte do Grupo Renovador do MDB/GB.
- O denominador comum e traço de identificação entre os componentes do Grupo é a ideologia comunista.
- O líder é ALBERTO RAJÃO e a segunda pessoa na escola hierárquica é SEBASTIÃO CONTRUCCI.

3.3.3 - Extrato de Prontuário - EMAER

- É identificado por suas atividades como comunista.
- Segunda pessoa na escola de comando da liderança do Grupo Renovador do MDB.

3.3.4 - Extrato de Prontuário - SSP/GB

- Fichado como militante comunista.
- Presidente do Centro de Melhoramentos e da Comissão Pró-Ajuda à Imprensa Popular.
- Inscrito como eleitor pelo PCB.
- Era assistente do jornal comunista "Emancipação".

3.3.5 - Extrato de Prontuário - SNI

1967

- Pertence ao "Grupo Renovador do MDB".
- Registrado que contribui financeiramente para o PCB.
- Fêz eco aos protestos do Deputado CIRO KURTZ por ocasião da discussão do requerimento do deputado GAMA LIMA, no sentido de que as Forças Armadas fossem homenageadas pela AL/GB.

= continuação da EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS nº 239/69 = Fls. 9

- Disse, na AL/GB, ao comentar notícias de que o Exército garantiria a cassação do governador de Mato Grosso: "Chegou o momento de os generais se levantarem para impor também a disciplina nos quadros mais altos do Exército".
- Votou a favor do pedido para examinar as causas do confinamento do Sr HELIO FERNANDES.
- Considerado agente de ligação do PCB com a AL/GB, foi acusado, pelo Deputado FIORAVANTE FRAGA, de estar a serviço de potência estrangeira.
- Denunciou a instalação de um grande acampamento para militar norte-americano junto ao campo petrolífero de CARMÓPOLIS, como sintoma da progressiva ocupação do território nacional por forças dos Estados Unidos.
- Acusou agentes da DOPS de terem assassinado o ascensorista JOSE AMATO DOS SANTOS, desaparecido desde o dia 2 de maio de 1964.
- Afirmou ser um "absurdo" o pronunciamento do Ministro do Interior, segundo o qual o BRASIL apenas pode oferecer uma "débil resistência à agressão estrangeira na Amazônia".
- Manifestou, juntamente com elementos do Grupo Renovador, total solidariedade à Igreja Católica, acentuando que ela reencontrou o "verdadeiro cristianismo".

= continuação da EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS nº 239/69 = Fls. 10

1968

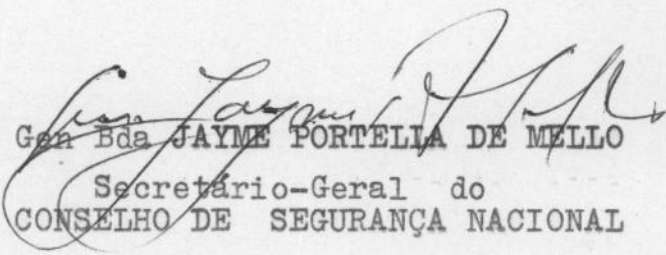
- Disse que "é chover no molhado protestar contra a onda de selvageria praticada pela polícia contra a população indefesa dêste Estado, pois isto é fato por demais conhecido de todos".
- Falou sôbre o inquérito do SPI, dizendo que são feitas acusações estarrecedoras ao Gen MOACIR RIBEIRO COELHO. Disse que os crimes cometidos contra nosso povo, um verdadeiro "genocídio", "só têm comparação com o que foi praticado pelos nazi-fascistas durante a última guerra" e criticou o SNI por não haver tomado providências a respeito.
- Parece ser o segundo em comando no Grupo Renovador da AL/GB. Por suas atividades se identifica como comunista.
- Afirmou: "o maior serviço de espionagem existente no BRASIL é feito pelo SNI, mas a insegurança, agora, é maior do que antes da criação daquele serviço de inteligência do Governo".
- É agente de influência comunista.

4. Nestas condições, peço vênha sugerir, ouvido o CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, na conformidade do Artigo 5º, do Ato Complementar nº 39, sejam suspensos os direitos políticos pelo

= continuação da EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS nº 239/69 = Fls. 11

prazo de 10 (dez) anos e cassado o mandato eletivo estadual do senhor SEBASTIÃO CONTRUCCI, consoante dispõe o Artigo 4º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência meus protestos da mais alta estima e profundo respeito.

  
Gen Bda JAYME PORTELLA DE MELLO  
Secretário-Geral do  
CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

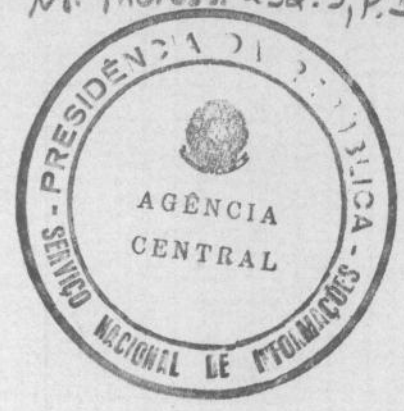


U.S. Pro. Ess. 292.5, P. 37

B



B - FICHA INDIVIDUAL



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

FICHA INDIVIDUAL

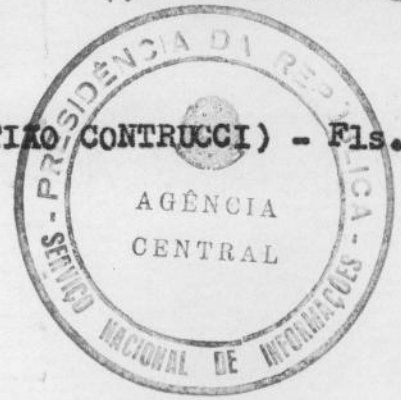
1. Nº	SMJ - 74	2. DATA:	14/4/69
3. NOME:	SEBASTIÃO CONTRUCCI		
4. FILIAÇÃO:	Antônio Salvador Contrucci e Jovina Nogueira Contrucci		
5. DATA DO NASCIMENTO:	12 de junho de 1909		
6. NACIONALIDADE	Brasileira		
7. NATURALIDADE:	Estado do Rio de Janeiro		
8. PROFISSÃO:	Dentista Deputado Estadual (MDB/GB)		
9. ESTADO CIVIL:	Casado		
10. INSTRUÇÃO:	Superior		
11. RESIDÊNCIA:	Av Suburbana 8768.		

C



C - INFORMAÇÃO DO  
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES  
E DE OUTROS ÓRGÃOS

(Continuação da Ficha Individual de SEBASTIÃO CONTRUCCI) - Fls. 2



## 12. EXTRATO DO PRONTUÁRIO

- Deputado Estadual, pelo MDB/GB.
- Pertence ao Grupo Renovador do MDB na AL/GB.
- Fêz eco aos protestos do Deputado CIRO KURTZ por ocasião / da discussão do requerimento do Deputado GAMA LIMA, no sentido de que as Forças Armadas fossem homenageadas pela AL/GB.
- Contribui financeiramente para o PCB.
- Elemento de ligação do Partido Comunista com a AL/GB.
- Votou a favor do exame das causas do confinamento do Sr HÉLIO FERNANDES.
- Manifestou solidariedade à Igreja Católica, acentuando que ela reencontrou o "verdadeiro cristianismo".
- Classificou o SNI como "o maior serviço de espionagem existente no BRASIL" e afirmou que, agora, "a insegurança é maior do que antes da criação daquele Serviço de Inteligência do Governo".
- Atacou as Forças Armadas, afirmando: "O Estado do Rio é a maior vítima da ABRILADA"; "Hoje, vemos oficiais do Exército com forças suficiente para pressionar deputados e vereadores a fim de cassar mandatos de representantes do povo escolhidos em pleito livre"; "Chegou o momento de os generais se levantarem para impor também a disciplina nos quadros mais altos do Exército".
- Criticando as medidas de segurança em torno das manifestações do dia 1º de maio de 1968 e a prisão, no Exército, de trabalhadores que distribuíam panfletos, afirmou: "O BRASIL vive um clima geral de terror".
- É agente de influência comunista.

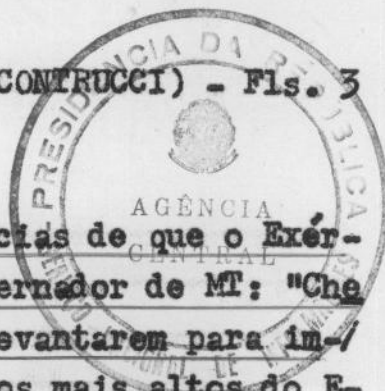
## 13. HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

1966 - Nov - Eleito Deputado Estadual, pelo MDB.

1967 - Jul - Pertence ao "Grupo Renovador do MDB".

- Registrado que contribui financeiramente para o PCB.
- Fêz eco aos protestos do Deputado CIRO KURTZ por ocasião da discussão do requerimento do Deputado GAMA / LIMA, no sentido de que as Forças Armadas fossem homenageadas pela AL/GB.

(Continuação da Ficha Individual de SEBASTIÃO CONTRUCCI) - Fls. 3



- Ago - Disse, na AL/GB, ao comentar notícias de que o Exército garantiria a cassação do governador de MT: "Chegou o momento de os generais se levantarem para impor também a disciplina nos quadros mais altos do Exército".
- Set - Votou a favor do pedido para examinar as causas do confinamento do Sr HÉLIO FERNANDES.
  - Considerado agente de ligação do PCB com a AL/GB, foi acusado, pelo Deputado FIORAVANTE FRAGA, de estar a serviço de potência estrangeira.
- Out - Denunciou a instalação de um grande acampamento para militar norteamericano junto ao campo petrolífero de CARMÓPOLIS, como sintoma da progressiva ocupação do território nacional por forças dos Estados Unidos.
  - Acusou agentes do DOPS de terem assassinado o ascensorista JOSÉ AMATO DOS SANTOS, desaparecido desde o dia 2 de maio de 1964.
- Dez - Afirmou ser um "absurdo" o pronunciamento do Ministro do Interior, segundo o qual o BRASIL apenas pode oferecer uma "débil resistência à agressão estrangeira na Amazônia".
  - Manifestou, juntamente com elementos do Grupo Renovador, total solidariedade à Igreja Católica, acentuando que ela reencontrou o "verdadeiro cristianismo".
- 1968 - Abr - Disse que "é chover no molhado protestar contra a onda de selvageria praticada pela polícia contra a população indefesa deste Estado, pois isto é fato por demais conhecido de todos".
  - Falou sobre o inquérito do SPI, dizendo que são feitas acusações estarrecedoras ao Gen MOACIR RIBEIRO / COELHO. Disse que os crimes cometidos contra nosso povo, um verdadeiro "genocídio", "só têm comparação com o que foi praticado pelos nazi-fascistas durante a última guerra" e criticou o SNI por não haver tomado providências a respeito.
- Out - Parece ser o segundo em comando no Grupo Renovador / da AL/GB. Por suas atividades se identifica como comunista.
  - Afirmou: "O maior serviço de espionagem existente no BRASIL é feito pelo SNI, mas a insegurança, agora, é maior do que antes da criação daquele serviço de inteligência do Governo".

EXTRATO DE PRONTUÁRIO DOS SERVIÇOS DE  
INFORMAÇÕES DE OUTROS ÓRGÃOS

- Dentre os apoios que o movimento estudantil esquerdista conta, é significativa a participação de alguns deputados, entre eles, por ser decidido, encontra-se o Sr SEBASTIÃO CONTRUCCI.  
(EMAER)
- Faz parte do Grupo Renovador do MDB/GB. (SNI/ARJ)
- O denominador comum e traço de identificação entre os componentes do Grupo é a ideologia comunista. (SNI/ARJ)
- O líder é ALBERTO RAJÃO e a segunda pessoa na escola hierárquica é SEBASTIÃO CONTRUCCI. (SNI/ARJ)
- É identificado por suas atividades como comunista. (EMAER)
- Segunda pessoa na escola de comando da liderança do Grupo Renovador do MDB. (EMAER)
- Fichado como militante comunista. (SSP/GB)
- Presidente do Centro de Melhoramentos e da Comissão Pró-Ajuda à Imprensa Popular. (SSP/GB)
- Inscrito como eleitor pelo PCB. (SSP/GB)
- Era assistente do jornal comunista "Emancipação". (SSP/GB)



D



D - ANEXOS

1 - DISCURSOS E PRONUNCIAMENTOS

2 - NOTÍCIAS DA IMPRENSA

3 - INFORMES E INFORMAÇÕES





1 - DISCURSOS E PRONUNCIAMENTOS

1.1 - Diário da Assembléia Legislativa - 22 Ago 67

1.2 - Diário da Assembléia Legislativa - 26 Out 67

1.3 - Diário da Assembléia Legislativa - 2 Nov 67

1.4 - Diário da Assembléia Legislativa - 29 Jun 68

1.5 - Diário da Assembléia Legislativa - 18 Set 68

1.6 - Diário da Assembléia Legislativa - 24 Set 68

abandonando na Rua General José Cristiano nº 64, protegida pela Administração Regional local, cujo titular é um homem que considero intratável, o Sr. Mário Galves, que foi, inclusive, Superintendente de Transportes do Estado, e que há muito tempo já deveria ter sido afastado dos cargos de responsabilidade. Mas, Sr. Presidente, apesar dos reclamos, das solicitações, dos protestos, dos pedidos para que a Administração Regional ponha um fim à saúde absurdo, àquele atentado à saúde da população local, a fábrica continua funcionando. A força dessa gente, Sr. Presidente, é uma coisa que nós Deputados não entendemos, porque eles continuam apesar da lei e do protesto das famílias. Então há qualquer coisa inquinada nisto tudo, porque se há uma lei que proíbe, como é que uma autoridade estadual não toma providências para acabar com essa coisa danosa à saúde daquelas famílias que ali residem? Há algum interesse maior — quem sabe dinheiro — porque não se compreende que decorridos dois anos das reclamações a Administração Regional não tome a menor providência. Então há alguma coisa muito séria, muito importante, impedindo a ação das autoridades estaduais no bairro de São Cristóvão. Já estou cansado. É a segunda vez que venho a esta tribuna falar sobre este assunto. A corrupção na Guanabara é geral. É mesmo. E se compreende até, lamentavelmente, porque hoje os funcionários ganham um salário miserável, salário de fome, e só roubando é que podem viver. Mas esse Sr. Mário Galves, Administrador Regional de São Cristóvão, funcionário abastado, ocupou cargos muito importantes nas administrações anteriores e não tomou a menor providência diante desta reclamação. Inclusive essa reclamação de um velho companheiro meu, Abelardo Cordovil Ferraz, residente na rua Teixeira Júnior, funcionário fiscal do Estado, meu velho amigo e companheiro, que não se escondeu por trás da denúncia, da reclamação. Ele foi lá, assinou, é um homem de bem, funcionário digno, honesto, capaz, mas que não agüenta mais. Ele reside ali com sua família, seus filhos, seus netos, e o Administrador Regional do Estado, apesar dos pedidos contínuos, até hoje não tomou a menor providência. Então, há algo realmente mais importante do que a saúde dos moradores locais. Deve haver algo que reflete mais na sensibilidade, na compreensão, no entendimento e na moral da Administração Regional local. Há algo pesado nisto tudo, porque apesar das reclamações, protestos, solicitações, noticiário nos jornais pedindo providências, para impedir que continuem atentando contra a saúde dos moradores. Aquela chaminé continua a soltar fuligem envenenando toda aquela população, e o governo não toma a menor providência. De modo que me cabe um dever, em face do cargo que ocupo de Deputado.

O Sr. Carvalho Netto — Representante do povo.  
O Sr. SILBERT SOBRINHO — Mas hoje um representante do povo vale tão pouco, porque as autoridades não têm por ele a menor consideração. Mas me cabe lançar esse protesto. Quero que fique consignado nos Anais desta Casa o meu protesto contra a Administração Regional de São Cristóvão, que apesar dos insistentes pedidos dos moradores, noticiário nos jornais, rádio e televisão, há mais de dois anos, até hoje a autoridade estadual não tomou a menor providência. Então, diante disso, deduz-se que há muita coisa a ser feita na Administração Regional de São Cristóvão. (Sem leitura do orador)

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o nobre Deputado Mauro Werneck. Não estando presente, em tempo permutado com o nobre Deputado José Bretas, ocupará a tribuna o nobre Deputado Carvalho Netto.  
O SR. CARVALHO NETTO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, em primeiro lugar os meus agradecimentos ao nobre Deputado José Bretas por haver permutado o seu tempo com o meu. Mas, Sr. Presidente, várias vezes tenho vindo a esta tribuna estranhando a ineficiência da Secretaria de Turismo do Estado da Guanabara e até chego a perguntar a mim mesmo se existe esse órgão e, se existe, para que. Vou dar hoje, exemplo a esta Casa, para que se compreenda como vão mal as coisas, no turismo do Estado da Guanabara. Sr. Presidente, foi feito, em setembro do ano passado um concurso para decoração, no carnaval, da cidade do Rio de Janeiro. A este concurso, vários artistas apresentaram seus trabalhos. Foram classificados três, de acordo com o edital, todos eles teriam direito a certo prêmio em espécie. Com exemplo: o do primeiro lugar, teria cinco milhões de cruzeiros; o do segundo, três milhões, e o do terceiro lugar, dois milhões.  
Pois bem, Sr. Presidente, já se passaram quase doze meses e até hoje os premiados não receberam seus prêmios.

Sr. Presidente, tenha paciência o Sr. Secretário de Turismo. Mas como quero ele que outros artistas venham concorrer à decoração desta cidade para o próximo carnaval, o concurso a realizar-se já no próximo mês de setembro, se há um cartão oficial? Chama-se a isso "calote". Sr. Presidente. Chame um homem para trabalhar, mediante edital que lhe garante certo prêmio e, depois, abre conta ele seu trabalho. É premiado, mas não se lhe pagam.

Sr. Presidente, tenha paciência o Sr. Secretário de Turismo. Tenha paciência o Sr. Governador do Estado; mas procurem, pelo menos, ser honestos com quem é honesto com eles.  
Desta tribuna, Sr. Presidente, faço um apelo e uma reclamação, no sentido de que se providencie, o quanto antes, o pagamento a estes artistas, que trabalham, que deram o que tinham que dar em benefício desta cidade, e não estão sendo devidamente compensados.

Es segundo lugar, Sr. Presidente, quero também fazer um apelo à ESPEG, no que diz respeito ao concurso para preenchimento dos cargos de Auxiliar Legislativo. Esses concursos, Sr. Presidente, estão rolando e rolando, o tempo passando e nunca terminam tais concursos. Será possível, Sr. Presidente, que um concurso para Auxiliar Legislativo demore-se um ano? Não é possível, se o concurso para professor catequético faz-se, Sr. Presidente, em menos de quinze dias. Para aquele concurso, está faltando apenas uma prova, a de datilografia.

Vou apelar, desta tribuna, ao senhor diretor da ESPEG, no sentido de providenciar a realização daquela prova, até porque, Sr. Presidente, há muitas semanas já saíram os resultados das provas de direito e de português. E também foram apresentadas as provas.  
Restando a de datilografia, então, que se providencie o quanto antes para que os aprovados tenham seus lugares garantidos nesta Casa.  
Devo dizer que, entre os que estão fazendo o concurso, há um brasileiro meu, que se está colocando a meu ver, num dos melhores lugares.  
É indispensável, Sr. Presidente, que terminem esses concursos, para que contemos, nesta Casa, com o trabalho de pessoas de valor, pessoas

competentes, cuja capacidade ficou demonstrada através de concursos honestos, a meu ver. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Deputado Attila Nunes.

O SR. ATTILA NUNES — Senhor Presidente, Srs. Deputados, como os trabalhos da nossa Assembleia não estão sendo irradiados pela Rádio Roquete Pinto, o que venho estranhando há muito tempo, estamos aqui em conversa em família, numa conversa intramuros, em segredo, no Parlamento carioca. De modo que não custa nada comentar: não há perigo, não estão sendo irradiadas as sessões, não podemos fazer projetos. Enfim, estamos entre nós as baratas. A falta de irradiação é estranha, Sr. Presidente, porque isso já vai por meses e a desculpa é de que falta energia, as lâmpadas queimaram, etc. Eu trabalho em rádio há mais de 30 anos e estrenho isso, porque nunca vi uma emissora de rádio, com tantos recursos como a do Estado, ficar de resguardo, esperando, esperando que completem nove meses para que nasça a criança. Trabalhadoras emissoras mais modestas, pequenas e nas de alto gabarito e devo dizer que nunca vi uma dessas emissoras fora do ar tanto tempo. No máximo ficam fora do ar uma ou duas horas, nunca durante meses e pelo fato de um dia ter queimado uma lâmpada, no outro um transformador, no outro faltar luz, etc. Não entendo isso. Aliás, Sr. Presidente, aliás estranho mais o fato porque quando fui eleito houve uma campanha tremenda contra o Governador de então porque não permitia que fosse irradiados os nossos trabalhos, que eram gravados e irradiados à noite, às 22.30. Posteriormente fez-se uma lei que obriga a irradiação dos nossos trabalhos. Muito bem. Criou-se a lei e não se irradia mais, porque o operador está doente, o diretor está com dor de dentes, a válvula queimou. Enfim, milhares de desculpas que não se entende. Como estamos numa conversa em família queria dizer, a propósito do discurso da Deputada Edna Lott, que fez várias reclamações contra a Light, me perdoe S. Ex.ª, que li nos jornais — não estou defendendo a Light, não tenho ligações com a Light — a relação que a Light fez publicar em quase todos os jornais, relação numerosa, de ruas que seriam privadas de luz e força no período a que a Deputada se referiu, porquanto havia obras necessárias.

Quanto às reclamações do Deputado Hélio Damasceno sobre as touradas aqui no Rio, quando fez um apelo dramático contra as mesmas, quero dizer que estou ao lado de S. Ex.ª Neste ensejo gostaria de fazer um apelo no sentido de que olhassem também para o que se costuma chamar de "tiro ao voo" e que se pratica aqui. É de uma crueldade inominável, Senhor Presidente. Assisti uma vez a esse "tiro ao voo" e fiquei chocado de ver como matam os pombos com a maior covardia. É bom lembrar, também, as brigas de galo, que foram tão combatidas no tempo do Sr. Jânio Quadros. São outros detalhes importantes que devemos examinar e incluir na série de apelos que fazemos a favor dos animais.

Sr. Presidente minha vinda ao microfone se prende à indicação que vou enviar à Mesa, pedindo ao Governador do Estado providências junto aos órgãos competentes, com referência ao bairro do Tinco. Pedimos a colocação de um sinal luminoso na confluência das Ruas Carlos Vasconcelos, Moura Brito e uma nova rua que ali se abriu. Com a abertura da nova rua aquele ponto se tornou uma pista de

corrida e há necessidade urgente da colocação de um sinal luminoso ali porque os desastres se repetem constantemente, de vez que o trânsito tornou-se intenso naquele ponto. Sr. Presidente, ainda com referência a rua Moura Brito há necessidade de que seja colocada uma placa de proibição de estacionamento naquela rua, em face do grande movimento, mão e contramão, que ali se vem verificando, desde o reaparelamento asfáltico. Há também providência quanto ao estabelecimento de mão única na Rua General Foca, no trecho da Rua Bon Pastor, subindo até a Rua dos Araújos, locais de trânsito intenso. Onde não se justifica a mão dupla. Ali sucedem-se os desastres. Nesta indicação costaria de solicitar o capeamento das Ruas Conselheiro Zinha, Visconde de Figueiredo, Marquês de Valença e Alzira Brandão.

Agradeço a generosidade de V. Ex.ª, Sr. Presidente, e espero voltar à tribuna para agradecer ao Governador sobre vários pontos deste Estado onde foram feitos capeamentos asfálticos, melhor de indicações que fiz nesta Casa. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em tempo permutado com o nobre Deputado José Maria Duarte, tem a palavra o nobre Deputado Sebastião Contrucci.

O SR. SEBASTIAO CONTRUCCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a minha presença nesta tribuna, hoje, é para manifestar a minha estranheza em relação ao que se passa neste momento no panorama político nacional. Tivemos a semana que findou com notícias bem desagradáveis para os verdadeiros democratas. Manchetes em que se liam abertamente: "Forças do Exército Farolam Cassaca do Governador de Mato Grosso". Foi o que se viu, Sr. Presidente. E elas voltaram para os quartéis a uma ordem do Presidente da República Aquiles Amaral, "conforme está mais do que comprovado".

Aqui bem perto de nós, Sr. Presidente, em Nova Iguaçu, sabemos o que aconteceu há bem poucos dias, também na semana passada. E a propósito, quero ler da tribuna a nota do "Jornal do Brasil" de ontem, domingo, em relação ao principal responsável, segundo o referido jornal;

(Lendo):  
"Zamith, o nome temido.  
O Capitão do Exército José Ribamar Zamith, apontado como patrocinador do afastamento do Prefeito e do Vice-Prefeito de Nova Iguaçu, é um homem cuja fama de carrasco faz tremer a maioria dos políticos da Baixada Fluminense.  
Dezenas de pessoas de Nova Iguaçu, São João de Meriti, Nilópolis e Duque de Caxias passaram por suas mãos na Polícia do Exército ou estiveram recolhidas às suas celas. Nem sempre essas pessoas receberam tratamento digno da pessoa humana como é o caso de estudantes e vereadores.

O Sr. Antônio Gonçalves, ex-Vereador de Nilópolis, foi preso três vezes este ano pelo militar, levado ao quartel da Polícia do Exército e ali submetido a sevícias para confessar a participação em movimentos subversivos. Na última prisão, ele foi sentenciado em casa pelo Capitão José Ribamar Zamith. As marcas das torturas que sofreu foram mostradas à imprensa, em março deste ano. Sua prisão foi feita à revelia do Inquérito Policial-Militar instaurado pelo Exército.

O Presidente da Câmara Municipal de Nilópolis, Sr. Antônio Pinto, e o vereador e jornalista Orlando Frazão, foram presos pelo Capitão José Ribamar Zamith, levados à Vila Militar e

ali submetidos a interrogatórios vexatórios pelo militar.

O caso mais grave de torturas contra presos políticos, atribuídas ao Capitão José Ribamar Zanetti, é o do Presidente da Associação Iguaguana de Estudantes Secundários, Fernando La Fuente. Ele foi sequestrado durante vários dias e mantido mais de 30 dias incommunicável no quartel da Polícia do Exército, acusado, juntamente com outros civis, de articular um movimento visando à derrubada do Governo Castelo Branco.

O estudante e seus companheiros foram absolvidos em julho pela Justiça Militar, a pedido do próprio Promotor, pois eles tinham sido vítimas de delação anônima sem fundamento."

Ora, Sr. Presidente, no tempo do Sr. João Goulart, tínhamos a enfrentar a indisciplina de soldados e marinheiros, o que era bem grave. Hoje, temos a de oficiais do Exército, que, com todas essas notícias dos jornais e com todo o resultado do inquérito, continuam tendo força suficiente para pressionar deputados e vereadores a fim de cassar mandatos de representantes do povo legitimamente escolhidos, em pleno livre, de maneira que não sabemos, Sr. Presidente, para onde marchamos.

Oxalá os generais, agora, se levantem também e implantem a disciplina nos quadros mais altos do Exército.

Era o apelo que eu tinha a fazer. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o nobre Deputado Paulo de Carvalho.

Não estando presente, com a palavra o nobre Deputado Aloísio Caldas.

O SR. ALOÍSIO CALDAS — Sr. Senhor Presidente, Srs. Deputados, venho fazer um apelo ao Diretor do Trânsito no sentido de que no período de 18 a 21 horas seja intensificada a fiscalização na Avenida Brasil, porque mesmo durante o dia essa fiscalização já é deficiente. Embora o Serviço de Trânsito tenha melhorado muito sob a direção do Comandante Celso Franco, na Avenida Brasil é onde se verificam os maiores abusos por parte de algumas empresas de ônibus, cujos nomes, infelizmente, terei que citar. São elas a Limosine Carioca e a Jurema, que fazem a ligação da Praça Mauá com Duque de Caxias, e o Rápido Brasileiro, que faz o transporte entre Nilópolis e Nova Iguaçu e o Estado da Guanabara.

Sr. Presidente, tenho verificado dezenas de acidentes provocados justamente pelos ônibus dessas empresas. Em virtude das "fechadas", em virtude da maneira como trabalham esses ônibus na Avenida Brasil, os carros de menor porte colidem e, enquanto isso, os ônibus vão embora.

Em minhas vindas diárias para a Assembleia e quando do meu retorno à noite, tenho verificado centenas de infrações cometidas por motoristas dessas empresas. Não é possível que só essas empresas não estejam arroladas sob a fiscalização do Serviço de Trânsito. A Limosine Carioca, a Jurema e o Rápido Brasileiro são as três empresas recordistas de desastres na Avenida Brasil. Há dias, dirigindo automóvel de minha propriedade, tive de subir no passeio para me livrar de um ônibus da Jurema, cujo motorista, no intuito de passar entre ônibus da Limosine Carioca, jogou o seu veículo sobre o meu.

O mais grave, Sr. Presidente, é que quando o tráfego é mais intenso na Avenida Brasil, entre 18 e 21 horas, a fiscalização do Serviço de Trânsito abandona aquela via. Nesse período é que os habitantes da zona norte, da zona rural, da zona da Leopoldina, da ilha do Governador, de Nova Iguaçu, de Nilópolis, que trabalham no centro

do Estado da Guanabara retornam a seus lares.

Farei uma indicação nesse sentido ao Serviço de Trânsito e voltarei à tribuna, de hoje em diante, para citar o número dos veículos que dão motivo a acidentes graves, em que são perdidas numerosas vidas. Cada acidente da Limosine Carioca e da Jurema, infelizmente, provoca um número muito grande de mortes, como ocorre semanalmente.

E é o apelo que faço ao Sr. Diretor de Trânsito, Comandante Celso Franco, que tem demonstrado querer fazer alguma coisa pelo trânsito no Estado da Guanabara. Tenho certeza de que S. Sa., com a humildade que lhe é característica, aceitará esta sugestão, no sentido de intensificar a fiscalização na Avenida Brasil no período compreendido entre 18 e 21 horas, para segurança e tranquilidade de todos os suburbanos que se servem daquela via de escoamento.

Era o que tinha a dizer. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em tempo permutado com o Deputado que ocupa a Presidência, com a palavra a nobre Deputada Latife Luvizaro.

A SRA. LATIFE LUVIZARO — Sr. Presidente, venho à tribuna para transmitir ao nosso querido Governador Negrão de Lima um apelo no sentido de que S. Ex.ª encare a situação das merendeiras.

Uma comissão de merendeiras procurou-me em minha casa para, por meu intermédio, fazer um apelo a esse grande Governador Negrão de Lima, de cujo Governo faço parte, no sentido de que ele, num gesto humano, num gesto de bondade, faça com que elas sejam contratadas pelo Estado, porque as merendeiras ganham cinco, sete, oito cruzeiros novos e apenas algumas, quinze cruzeiros novos.

Assim, por meu intermédio, fazem um apelo ao Sr. Governador, que é um grande democrata e, acima de tudo humano, a fim de que ajude as merendeiras, que são a mola-mestra das escolas, pois são elas que preparam as merendas das crianças.

Nestas condições, renovo o meu apelo ao Sr. Governador, para que trate do caso das merendeiras com mais carinho.

Já existe na Secretaria de Educação um projeto, apenas aguardando que a Secretaria de Finanças libere a verba, para que as merendeiras sejam contratadas. Vamos dar às merendeiras, Sr. Governador, aquilo que elas merecerem.

Quero aproveitar a oportunidade para fazer, também, um apelo ao Diretor de Trânsito, a fim de que S. Sr. providencie a colocação de um sinal luminoso em frente à Escola Evangelina Duarte Batista, onde na última sexta-feira houve dois atropelamentos. Essa escola fica localizada em Marechal Hermes, onde, se não me engano, existe uma outra escola, cujo nome não me recordo.

Pediria ao Sr. Diretor de Trânsito que mandasse ocorrer um sinal luminoso ou um guarda de trânsito naquele local, para que não se repitam atropelamentos, como o que ocorreu na última sexta-feira, quando foi atropelada uma criança de seis anos que está internada no Hospital Carlos Chagas. Justamente na hora da saída das crianças é que o movimento de veículos aumenta.

Espero que também esse apelo seja atendido pelas autoridades competentes. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Deputado Rosini Lopes da Fonte.

O SR. ROSSINI LOPES DA FONTE — Sr. Presidente, a solução do problema educacional do Estado da Guanabara não está em se construir

um maior número de escolas oficiais. Muitos pensam que com a construção de escolas o problema se solucionaria. Mas é um equívoco. Não há na Guanabara professores suficientes para todos os colégios de ensino médio. Escolas se constroem em seis meses, mas o professorado só se forma aos 23, 24 e 25 anos de idade.

Precisamos, Sr. Presidente, para solucionar esse problema, aumentar o número de bolsas de estudo, pois somente através de bolsas de estudo é que o governo poderá resolver esse grave problema. Mas o que ocorre é que em 1968 o governo não vai ter condições de oferecer bolsas de estudo a nenhum aluno, pois a verba constante do próximo Orçamento é a mesma da consignada no presente Orçamento. A dotação é de oito bilhões para sessenta mil bolsas de estudo. Por conseguinte, no próximo ano, nenhuma novo estudante vai obter bolsas de estudo.

E vai ocorrer o triste estado de alunos excedentes, a situação deprimida de jovens que, não tendo obtido matrícula nas escolas oficiais, também não podem ingressar no ensino particular por falta de bolsas de estudo.

Chamem a atenção do governo, com bastante antecedência, de que havia necessidade de ampliação da verba para concessão de bolsas, pois ao invés de concedermos 60.000, devíamos conceder 100 ou 200 mil bolsas, o maior número possível para que nenhum estudante permanecesse sem escola neste Estado.

Infelizmente, sou forçado a vir à tribuna para declarar que no próximo ano milhares de jovens vão ficar sem estudar, por falta de vagas nas escolas oficiais e de bolsas de estudo nas particulares, porque o governo não teve condição de aumentar a dotação orçamentária.

É lamentável o que vai ocorrer, no próximo ano, e que, aliás, já começou este ano, em que grande número de alunos bolsistas não vão receber a bolsa integral, porque a verba de oito bilhões de cruzeiros não chega para atender a todos os alunos que recebem bolsas. Alguns milhares de estudantes vão ficar sem receber integralmente a sua bolsa de estudo.

Acresce, ainda, que a bolsa que deveria ser de 200 cruzeiros novos, per capita, já foi reduzida para cento e sessenta e falamos em reduzi-la para cento e cinquenta. Verdadeira absurdo!

Fica, pois, o meu orado de alerta ao Sr. Secretário de Educação que, ao assumir, há poucos dias, a Secretaria manifestou o propósito de dar ensino a todos os que desejarem estudar. Mas se não tomar providências urgentes, muitos estudantes vão permanecer perambulando pelas ruas sem direito a tirar o seu curso ginasial.

Vai, também, o meu apelo ao Governador do Estado, no sentido de enviar, o quanto antes, Mensagem à Assembleia, solicitando abertura de crédito especial para que se pague o excedente das bolsas do ano de 66. Não é possível que fiquem milhares de estudantes aguardando o dinheiro das bolsas e centenas de colégios particulares prejudicados por falta de pagamento.

Fica o apelo ao Sr. Governador para que envie a Mensagem pedindo abertura de crédito. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esgotado o tempo do Pequeno, passemos ao Grande Expediente.

#### PASSA-SE AO

### Grande Expediente

O SR. PRESIDENTE — O Primeiro orador inscrito no Grande Expe-

diente é o Deputado Francisco da Gama Lima, a quem dou a palavra. S. Ex.ª dispõe de trinta minutos.

O SR. FRANCISCO DA GAMA LIMA — Sr. Presidente, Srs. Deputados, iniciamos o aproveitamento desta inscrição com uma observação às feiras-livres que, como todos sabem, correspondem na cidade do Rio de Janeiro a uma válvula ou mecanismo de defesa das famílias de mais modestos orçamentos.

A proposta dessas feiras-livres que foram regulamentadas a partir de 1916, ao tempo do Prefeito Azevedo Sodré, já realizamos pronunciamentos e feito indagações ao Poder Executivo. O fato é que mais uma vez Ipaiara sobre a cidade uma indagação quanto os destinos, dessas feiras, de vez que se cuida de reduzir o seu número e posteriormente — quem sabe? — suprimi-las. Sinceramente, não compreendemos as razões que possam levar o Executivo a esta providência radical. A primeira seria a redução numérica. A segunda, muito mais radical, seria a extinção do mecanismo das feiras-livres. Já encaminhamos ao Poder Executivo um requerimento de informações para que nos sejam apresentadas as razões técnicas, as razões econômicas, as razões financeiras que justifiquem a extinção das feiras. Mas o fato é que temos notícia, alcançando inicialmente as feiras de Copacabana, da redução e depois da supressão, de que houve um movimento de opinião pública e verificamos que a esse movimento trazia a sua solidariedade a Associação das Donas de Casa, sob a presidência de D. Yaya Silveira e a Campanha Contra a Carestia, presidida por D. Antonieta Franklin Leal.

Posteriormente, entramos em debates, ouvindo opiniões diversas e verificamos que entre os argumentos apresentados contra as feiras, encontra-se o problema da limpeza urbana, sem dúvida, um problema. O outro seria o barulho que, pela madrugada, nas ruas da feira costumava ocorrer. O terceiro seria a falta de policiamento, o que permite haja o surgimento da figura do marginal. Mas, convenhamos, no que diz respeito à limpeza urbana, que é um argumento sério haveria como tomar providências para evitar aquele fenômeno de após a feira, se bem que o mecanismo das feiras seja o mesmo em qualquer grande capital do mundo. O vestígio deixado pela feira pode ser reduzido através de um sistema em que o próprio feirante se dispõe a recolher uma quota imprescindível para a limpeza em cada rua, em benefício público.

Depois disso chegou a aventar-se a hipótese do recolhimento de uma taxa de 10 cruzeiros novos, de cada feirante, o que daria margem — já agora com o depoimento do antigo diretor da Limpeza Urbana, atual Secretário de Indústria e Comércio, Sr. Macedo Soares — que informa que essa taxa daria margem a uma limpeza de tal ordem que sobriaria dinheiro para que as ruas fossem tratadas a sabonete e detergente. A expressão é de S. Ex.ª. Portanto, mesmo o argumento que diz respeito à limpeza das ruas, após a realização das feiras, seria discutível, dependendo, claro, do Departamento de Limpeza Urbana, da Administração Regional ou seja lá quem for, que resolvesse manter limpas as ruas. Mas, aí, conviria indagar: seriam só as ruas em que se realizassem as feiras as alicadas pela ausência de interesse maior à Limpeza Urbana? Creio que não porque, infelizmente para nós, a cidade do Rio de Janeiro dá uma demonstração justamente contrária, tudo que se possa pensar de limpeza em uma cidade. Não vá a feirante responsável por uma coisa que

dem o nobre Deputado Salomão Filho.

O SR. SALOMAO FILHO (Para uma questão de ordem) — Sr. Presidente, o ilustre Deputado Nina Ribeiro estava na tribuna e do microfone do meu gabinete, pareceu-me que S. Ex.º usou de expressões anti-parlamentares em relação ao Governador do Estado. Peço a V. Ex.º mande escolher ao discurso do ilustre Deputado os termos incompatíveis com o decóro parlamentar, e, por igual, quero, desde já, declarar que vou ler na íntegra o discurso do Deputado Nina Ribeiro, par arresponder-lhe convenientemente.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Sr. Deputado, a Mesa sempre toma esta providência de retirar as expressões anti-parlamentares. Continua com a palavra o Sr. Deputado Sebastião Contrucci.

O SR. SEBASTIAO CONTRUCCI — Sr. Presidente, Sr. Deputados, a minha presença nesta tribuna justifica-se simplesmente porque, ao ser escolhida a Comissão que foi incumbida de representar a Assembleia Legislativa no Recife, esta escolha provocou uma grande celeuma e para que não seja o orador acusado amanhã de ter feito uma viagem de turismo, quero ler, pelo menos, se o tempo permitir alguns trechos da tese que modestamente preparamos com a colaboração do ex-vereador, Dr. José Junqueira.

(Lendo):

"A AUTONOMIA DOS ESTADOS E A RECUPERAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO

Não há estágio intermediário que possa atenuar o abismo existente entre a democracia plena e as ditaduras, por mais distorcidas que sejam estas últimas.

Quando, em consequência de eventos políticos, previstos ou imprevistos, configuram-se as alterações no processo democrático, impondo-se um conjunto de regras excepcionais preventivas, gera-se um desafio à permanência dos preceitos essenciais à perpetuação do regime.

As revoluções brasileiras e, com mais insistência os golpes de Estado, se têm constituído, ao longo da história republicana, em fator de surpreendente verificação da fidelidade do homem brasileiro ao regime político que sempre se sobrepõe em todas as fases de transição a que foi submetido.

Nenhum movimento dessa natureza, mesmo contando com apoio popular, conseguiu implantar normas de exceção de caráter permanente nem dar-lhes certa estabilidade pelo processo da institucionalização imposta ou consentida.

A revolução de 1930 somente se consolidou no espírito das gerações da época e futuras porque havia uma concepção renovadora dos costumes e porque a renovação se processou no sentido do aperfeiçoamento do processo político brasileiro. Mas, o regime jurídico da primeira constituição republicana permaneceu inalterado em seus aspectos fundamentais.

E toda vez que se tentou introduzir sensíveis modificações no sistema baseado na universalidade dos conceitos ideológicos das democracias, cavaram-se as trincheiras de resistência para a batalha da preservação dos estatutos supremos baseados no complexo de direitos e deveres num regime de liberdade com responsabilidade.

É muito cedo para analisar certos aspectos da influência que exerceram os editos revolucionários e até onde e quando tal influência permane-

cerá, tendo em vista que o último movimento revolucionário interferiu diretamente na reformulação do esquema de distribuição do Poder e das bases estruturais de todo o sistema representativo.

A tradicional pragmática republicana foi assim comprometida pela subversão de suas bases, o que poderá provocar inevitável enfraquecimento do regime pelo processo de corrosão de seus fundamentos vitais.

Em dois pontos principais diretamente vinculados aos objetivos de revisão imediata deve recair a análise deste Congresso das Assembleias Legislativas:

A autonomia dos Estados e a recuperação do Poder Legislativo.

Ambos têm situação prioritária em face do fracasso das primeiras experiências e dos primeiros frutos da implantação do regime da Constituição de 24 de janeiro de 1967.

É evidente que sob o aspecto da alteração do conceito de autonomia dos Estados e, por consequência, do próprio conceito de Federação, o novo regime estatuiu normas de aplicação genérica e indistinta que regulam em sacrifício não só da autonomia mas da própria economia dos Estados membros da União.

A absorção que se verificou na parte do direito tributário trouxe efeitos desalentadores para a maioria dos Estados, visto que eles se distinguem por condições específicas que se opõem à aplicação de espécies de critérios uniformes de tributos.

Sendo o Brasil, por consequência lógica da desproporção existente entre a vasta extensão territorial e a reduzida população irregularmente distribuída, um País de integração mais lenta na faixa de uniformidade de regras e critérios, lhe caberia melhor manter-se como república federativa em que a área de autonomia dos Estados não se estreitasse tanto no terreno de sua economia privada sujeita a normas próprias e inadaptáveis do direito público.

A autonomia estadual e da própria natureza do regime, atingindo em alguns países como nos Estados Unidos, os próprios ramos do direito privado, de codificação diversificada em vários Estados. Não há néles uma enquetística jurídica compulsória por força de regras normativas de origem na União.

A recuperação do Poder Legislativo, de sua competência privativa ou concorrente, em determinados casos, de suas atribuições indelegáveis na forma e na essência do regime presidencialista, de sua autonomia, enfim, é também fator de exame profundo deste Congresso.

Não podemos permanecer indiferentes ao desafio das revisões necessárias, principalmente enfrentar-se, com coragem, o problema da Anistia. Nossos Congressos têm alcançado vitórias extraordinárias como aquela das eleições estaduais em plena fase inicial do processo revolucionário, quando, reunidos em Brasília, os representantes estaduais discutiram e aprovaram moção em favor de eleições para Governadores.

Trata-se de recuperar, mediante a aplicação dos próprios recursos legais, a plena autonomia de um Poder, a sua atribuição inerente, a função legislante que deve ser exercida sem outras restrições senão as da disciplina constitucional livremente estabelecidos.

Não se pode exatamente conceituar como parte de um regime democrático um Poder impedido ou anulado pela aplicação de medidas de exceção que não lhe cassam as atribuições, mas as delimitam, não

o impedem totalmente, mas reduzem a capacidade, não lhe negam validade às deliberações, mas lhe restringem o campo de influência e a área de exercício da função que justifica, legitima e qualifica sua existência.

Quando um Poder se infiltra na área de ação de outro; quando o fortalecimento de um deles implica em inevitável enfraquecimento do outro; quando se limitam, se cassam, e se transferem prerrogativas, quando por imposição ou por consentimento se operam transformações na estrutura básica do regime que é a independência e harmonia entre os Poderes, então a própria democracia terá sido vítima de uma rendição cujos efeitos serão tão mais imprevisíveis quanto mais longa seja a permanência de aludidas transformações.

Considerando que cabe ao Poder Legislativo examinar e propor as providências necessárias ao restabelecimento das normas constitucionais que melhor afinem com o regime democrático;

Considerando que o artigo 50 da Constituição do Brasil permite a apresentação de emendas pelas Assembleias Legislativas dos Estados;

Considerando que os dispositivos a serem emendados se situam no âmbito de interesse dos Estados;

Considerando que o Congresso das Assembleias Legislativas reflete com fidelidade a experiência regional e traz para os debates as mais variadas teses que abordam problemas políticos, sócio-econômicos e dos de natureza constitucional;

Considerando que as moções oriundas das representações estaduais traduzem também o pensamento das bases políticas de cada Estado;

Considerando que dos debates resultam a média de opinião que deverá ser obrigatoriamente defendida e divulgada por todas as Assembleias;

Considerando que, após isso, caberá a cada Assembleia concretizar, através de legislação própria e de apresentação de emendas quando for o caso, o objeto das moções e propostas aprovadas;

Considerando, afinal, que superada a fase experimental e de perplexidade, compete-nos estruturar ou contribuir para que o façam os membros do Congresso, o regime democrático sem afastá-lo das características tradicionais que o distinguem dos sistemas de força incompatíveis com nossa índole histórica, política e cristã;

encaminhamos à discussão e votação do Plenário a seguinte proposta:

Criação de uma Comissão composta de um representante de cada região, indicado por grupos de Assembleias Legislativas assim distribuídos: 1 (um) pelos Estados da Região Norte; 1 (um) pelos do Nordeste; 1 (um) pelos do Centro Leste; 1 (um) pelos do Centro Oeste; 1 (um) pelos do Sul.

Para compor dita Comissão a União Parlamentar Interestadual convidará 2 (dois) deputados federais e 2 (dois) Senadores da Arena e do MDB e 2 (dois) Juristas de reconhecida capacidade em direito Constitucional.

A Comissão funcionará sob a presidência do Presidente da União Parlamentar Interestadual e terá sede no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

A Comissão se regerá por estatuto próprio aprovado por votação de seus membros e elaborado na forma que

(segue)

eles estabeleceram em reunião prévia.

A Comissão terá por finalidade principal elaborar emendas Constitucionais no sentido de restabelecer a autonomia estadual e do Poder Legislativo com a recuperação de sua competência e das atribuições a ele inerentes.

Aprovado o trabalho na Comissão, será o mesmo submetido, mediante consulta, pelo Presidente da União Parlamentar Interestadual, à aprovação das Assembleias Legislativas.

Para isso, serão elaboradas as propostas definitivas que, scilicet por mais da metade das Assembleias dos Estados, serão representadas ao Senado Federal na forma do Artigo 50 e 4º da Constituição do Brasil.

Mesa das Sessões, de Setembro de 1967. — *Sebastião Contrucci*.

O Sr. Roberto Gonçalves Lima — V. Exa. — permite um aparte? (Assentimento do orador) — Nobre Deputado V. Exa. fez bem em ler o seu trabalho que mostra a injustiça dos comentários desproposados que porventura puderem haver em torno do V Congresso das Assembleias Legislativas. Quanto à consagração, V. Exa. a teve naquela magnífica Cidade do Recife, onde todas as Assembleias Legislativas da Federação votaram por unanimidade o trabalho de V. Exa. Isto já é uma consagração. Mais ainda, V. Exa. teve ao seu lado a imprensa, a opinião pública de Pernambuco e também a manifestação espontânea de seus colegas de bancada.

De maneira que com satisfação e mesmo com orgulho, chefe que fui da Delegação, pude ver entre tantos trabalhos aprovados o de V. Exa.

O Sr. Everardo Magalhães Castro — V. Exa. — permite um aparte? (Assentimento do orador) — Sr. Deputado, em discurso de algumas ponderações feitas por V. Exa. ao longo desse trabalho, mas respeito V. Exa. que é um homem de bem, um homem sério, um parlamentar correto, intransigente na defesa do interesse público, e que teve uma atuação brilhante no V Congresso Brasileiro das Assembleias Legislativas, com a sua pontualidade, com a sua presença, com a sua palavra viril, razão por que eu me congraturo em ser companheiro de V. Exa., ainda que discordando de algumas teses de V. Exa. esposa. Respeito V. Exa. pela coerência, pela honestidade e sobretudo pela autenticidade.

**O SR. SEBASTIÃO CONTRUCCI**

Muito obrigado ao Ilustre Deputado Roberto Gonçalves Lima. Eu esperava de fato de S. Exa. uma solidariedade, de vez que S. Exa. tem sido um magnífico companheiro. Agradeço também o aparte do nobre Deputado Everardo Magalhães Castro. Quero declarar a S. Exa. que quando parti daqui para Recife, ombreado me com Deputados traquejados, de grande gabarito, como Roberto Gonçalves Lima, Everardo Magalhães Castro, Mac Powell Leite de Castro, Ubaldo de Oliveira, Nina Ribeiro e todos os presentes, fui temeroso. Mas lá fomos uma família unida, representando a Guanabara, e, apoiado por todos, tive a felicidade de ver a minha tese aprovada. E tenho que fazer aqui o elogio ao nosso grande chefe, Roberto Gonçalves Lima, que foi impecável em suas funções.

O Sr. Roberto Gonçalves Lima — Li desta tribuna o relatório em que faço referência específica à atitude e ao trabalho de V. Exa. naquele Congresso.

**O SR. SEBASTIÃO CONTRUCCI**

De V. Exa. tenho a declarar que não operava outro procedimento. Muito obrigado, Sr. Presidente pela tolerância.

*Assim revisado do orador.*

**ATA DA 91ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 6 DE OUTUBRO DE 1967**

**(Complemento)**

**Pequeno Expediente**

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra, para breves comunicações, o nobre Deputado Francisco da Gama Lima.

**O SR. FRANCISCO DA GAMA LIMA (Para breves comunicações) —**

Sr. Presidente, Sr. Deputados, inicio o pronunciamento da tarde de hoje voltando a um assunto que, na Sessão Legislativa anterior, já me trouxe a esta mesma tribuna, assunto este que diz respeito a um conjunto de Diretoras de escolas primárias classificadas em concurso e aproveitadas, pela Administração anterior, em cargos de mais variada natureza, inclusive em cargos de Diretoras das antigas Divisões de Educação. O que aconteceu, na mudança de Governo, é que essas Diretoras, por concurso, em escolas primárias, destituídas daqueles outros cargos de direção da Divisão de Educação e Cultura e outros ainda de maior graduação, em vez de assumirem seus lugares de Diretoras foram colocadas em classes, na regência de turmas.

Por isso, Sr. Presidente, através da Indicação 2.818-66, solicitei, ao Poder Executivo, mandasse examinar a situação dessas ilustres professoras, com inúmeros anos de serviços prestados, com relevância, ao Estado, e que se viram, de uma hora para outra, fora de sua qualificação profissional de Diretoras de escolas primárias, cargo obtido em concurso.

Como não tivemos — de 1965 até agora — a menor resposta do Poder Executivo, reiteramos os termos da citada Indicação, pedindo encarecidamente que, por equidade — e não vou discutir os aspectos de Justiça, de mandado de segurança, a nova Administração do Estado — que já está envolhecendo, pois já vai fazer dois anos — cuide dessas professoras que, sem dúvida alguma, merecem o cargo por elas mesmas conquistado em concurso público, que se tornou notável na época. Pasos a ler a Indicação.

(Lendo)

**"INDICAÇÃO**

Indico à Mesa, nos termos regimentais, que reitere ao Exmo. Senhor Governador do Estado apelo feito através da Indicação nº 2.818 de 1966, de minha autoria, no sentido de serem reconhecidos os direitos ao cargo de Diretoras de Escola Pública Primária às professoras que, uma vez classificadas em concurso para o referido cargo e nomeadas para cargos de Chefia de Distrito e Direção das Divisões de Educação se viram, após a mudança do Governo, obrigadas a retornar à condição de regentes de turma.

Esclareço que o número de educadoras prejudicadas está estimado em três dezenas, cuja situação, no momento, é de desespero face a esta condição que perdura por quase três anos, sem uma solução favorável.

Sala das Sessões, em 6 de outubro de 1967. — *Francisco da Gama Lima.*

*Justificativa*

Em agosto de 1969, a Secretária Geral de Administração da então Prefeitura do Distrito Federal, através do Departamento de Pessoal — Serviço de Seleção — abriu processo para Concurso para provimento do

cargo de Diretor de Escola Municipal.

Pelo Edital nº 29, publicado no Diário Oficial de 12-5-60, o Chefe do Serviço de Seleção comunicou aos interessados a classificação final definitiva dos candidatos, após o despacho lavrado pelo Sr. Secretário Geral de Administração nos processos de concurso, publicados no D.O. do Estado da Guanabara de 4-5-60.

Em junho de 1960, o Diretor do Departamento do Pessoal, nos termos do Artigo 60 da Instrução Geral número 3, de 3 de fevereiro de 1948, reguladora de concursos e provas de habilitação, expediu 544 certificados, com validade até 14-5-62, considerando habilitados 544 candidatos ao cargo de Diretor de Escola Primária Municipal.

Seguiu-se, então, o processo de nomeações, durante 3 (três) anos, de acordo com as vagas existentes, eridas com as designações de novas escolas primárias.

Nesse interim, porém, o então Governador do Estado da Guanabara de acordo com o disposto na Lei 14 transformou o cargo de Diretor de Escola em Função Gratificada. As candidatas de um concurso passaram assim, a formar dois grupos distintos: as nomeadas e empossadas num cargo efetivo e as nomeadas e empossadas numa função gratificada. Estas últimas, quando nomeadas para o Cargo de Chefia e posteriormente destituídas de tal, perderam o cargo adquirido por concurso, atendendo ao disposto na Lei 14.

Em virtude de recente decisão da Assembleia Legislativa, mantendo como efetivo cargo de Diretor de Escolas, o grupo de Diretoras prejudicado pela Lei nº 14, de 1960, seu direitos fundamentais ao cargo. De outra parte, de parte do Executivo, as providências não devem tardar sobretudo no caso das educadoras — classificadas como Diretoras de Escolas e, agora, em situação difícil — destituídas de suas comissões e obrigadas ao retorno à condição de regentes de turma."

A seguir, vou atacar um assunto polêmico de âmbito nacional. Tentado, a propósito da pesca, toda uma série de empreendimentos brasileiros nesse estor, desde a célebre pesca e lagosta no Nordetse até as atividades pesqueiras junto ao litoral brasileiro. Na semana anterior, li que bare russos, portanto da União Soviética se encontravam junto ao litoral brasileiro fora das águas continentais; digamos assim, realizando sua pesca no que fazem bem. Mas, neste sentido, não somos tão jacobinos quanto aqueles que acreditavam que "o petróleo é nosso". Neste caso, diriam "o peixe é nosso". Daí encaminhamos à Presidência da República, através da Mesa Diretora, e ao Congresso Nacional uma Indicação no sentido de ser denunciado pelo Brasil aquele acordo de Genebra que red as águas territoriais a 6 milhas, máximo 10, para então adotarmos o litoral argentino das 200 milhas de água junto ao litoral português, longo da chamada plataforma continental, como sendo de propriedade brasileira, a fim de resguardarmos o futuro deste País, deste povo que viver dentro dos nossos limites e que terá sem dúvida de buscar no interior aquelas oportunidades de alimentação e subsistência que nem sempre as terras continentais poderão oferecer, do ponto de vista proteico e sobretudo.

Daí a nossa Indicação cujos termos são os seguintes:

(Lendo)

Indico à Mesa, nos termos regimentais, que encaminhe ao Exmo. Sr. Presidente da República a seguinte proposta de que o nosso país



ARENA, ou dentro da política da Guanabara para ser consultado, mas respondo por tudo o que faço. Considero que cada qual deve tomar a posição que lhe convém, na hora precisa. Não é necessário que alguém dite a mim, por exemplo, o que devo fazer em matéria política. Já estive aqui durante muito tempo, sempre soube conduzir-me e passar por esta Casa deixando um nome limpo. Não vejo agora como alguém pudesse querer orientar-me, porque não aceito que ninguém diga o que devo fazer politicamente. *(Sem revisão do orador)*.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra para breves comunicações o nobre Deputado Sebastião Contrucci.

O SR. SEBASTIÃO CONTRUCCI

— Sr. Presidente, parece que o clamor provocado pela imprensa e pela opinião pública começa a produzir os seus efeitos nos altos escalões da Administração Federal. Depois de um longo período de silêncio, em que qualquer comentário sobre problemas de interesse nacional era considerado subversivo, começam a aparecer na imprensa comentários de todas as formas e, para minha satisfação, observo que as autoridades da República parecem que começam a dar atenção a esse clamor. Mais uma vez, fica evidenciado o papel preponderante da imprensa, papel orientador e fiscalizador das autoridades e, também, o decisivo papel que a opinião pública tem que desempenhar no cenário político nacional.

Há poucos dias, no dia 28 do mês passado, dizia uma notícia do "Correio da Manhã":

(Lendo)

"O ministro do Interior, general Afonso de Albuquerque Lima, fez séria denúncia em conferência no I Seminário de Desenvolvimento Nacional, ao afirmar que a Amazônia sofre um acelerado processo de agressão estrangeira, movida por poderosos interesses e pressões internacionais aos quais o Brasil pode contrapor apenas uma débil resistência."

Então, a Amazônia sofria um sério processo de agressão, um verdadeiro assalto, sem que as autoridades brasileiras, pudessem oferecer-lhe mais que uma débil resistência. Tudo isto era do nosso conhecimento. Sr. Presidente, e nós o afirmávamos durante nossa campanha política em praça pública, mas éramos considerados subversivos e, provavelmente, a soldo de potência estrangeira.

Tivemos, também, no "Correio da Manhã" de ontem, uma denúncia do Professor Calderon, Diretor do Instituto de Ciências Sociais da Universidade da Bahia, que afirma que vasta região daquele Estado tem seu subsolo explorado por companhia supostamente brasileira e lá existe, inclusive, uma pista para aviões particulares, a fim de facilitar o transporte dos minérios. Tudo isto é desalentador, mas eu quero expressar a minha satisfação por ter lido um telegrama que o "Correio da Manhã" publicou ontem da sua sucursal de Brasília, sobre esse problema de terras. Diz aquele jornal:

(Lendo)

"ESTRANGEIROS EM NEGOCIATA SERAO EXPULSOS: TERRAS"

BRASILIA (Sucursal) — O ministro Gama e Silva, da Justiça, determinou ontem, ao Departamento de Polícia Federal, que instaure uma sindicância com vistas à expulsão do território nacional dos alienígenas que se envolveram em transações de terras e que tenham infringido disposições legais a propósito da matéria.

Determinou, ainda, que sejam levantadas as folhas de vida progressiva de todos quantos se tenham comprometido em negociações de terras do planalto central.

Em outro aviso, dirigido também ao coronel Florimar Campelo, o titular da pasta da Justiça determina-lhe que tome todas as medidas necessárias à preservação da ordem e da tranquilidade públicas, nas áreas em que se revela a possibilidade de atritos entre posseiros e grileiros, onde as autoridades estaduais necessitem e peçam a cooperação federal.

Comando

O gabinete do ministro da Justiça está coordenando e superintendendo, em todo o Brasil, as investigações que se processam, pela Polícia Federal, com a finalidade de apurar as transações de terras, em detrimento de bens, interesses ou serviços da União."

Sr. Presidente, pela nota do Ministro da Justiça, vê-se que nós não éramos subversivos, não agimos como subversivos e sim como patriotas. Procuramos esclarecer, mesmo na noite negra da ditadura, o nosso povo, e procuramos alertar as autoridades, as classes armadas, principalmente aqueles oficiais com os quais o Brasil ainda espera e deseja contar para a sua defesa e emancipação.

Muito obrigado a V. Exa., Sr. Presidente. (Palmas) — *(Sem revisão do orador)*

mentos para o próprio Estado da Guanabara.

Nestas condições, muito havemos ainda de falar sobre esta matéria, porque nem sequer está em discussão, mas que certamente com o correr do tempo, com o correr dos dias, isso com uma certa urgência, porque a Mensagem pede que se aprove em 40 dias, havemos, dizia eu, de melhor estudar a matéria, discuti-la e ver se daqui sai uma lei básica esboçada daqueles exageros que se apresentam, é claro, nesta Mensagem.

Por último, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer a esta Casa que vou fazer um Requerimento de Informações sobre o que se passa na Secretaria de Turismo quanto a este problema do Festival Internacional da Canção Popular. Estou vendo aqui que o número de participantes neste festival é de 125. Seriam eles convidados para à custa do Estado aqui permanecerem, a estada, a viagem, e quanto se vai gastar nisso, e por que razão vêm participantes do filme americano no Festival da Canção, por que razão vêm aqui os compositores concorrentes e por que os autores concorrentes e os intérpretes concorrentes? Tudo isso requer, realmente, uma informação mais completa, memorizada da Secretaria de Turismo e isso será objeto de um requerimento de minha autoria a ser encaminhado ao Governador do Estado. É claro que já tenho feito alguns requerimentos de informações, raros, raríssimos; são aqueles que o Poder Executivo me tem respondido. Este, porém, farei questão de que seja acelerada a resposta para conhecimento da Casa.

(Sem revisão do orador)

(Comparecem os Srs. Deputados Victorino James e Rubem Cardoso).

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra para breves comunicações o nobre Deputado Sebastião Contrucci.

O SR. SEBASTIÃO CONTRUCCI

(Para breves comunicações) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o motivo da minha presença nesta tribuna hoje é um programa a respeito do fechamento da Rádio Educadora da Arquidiocese de São Luís. Lembra-me bem, Sr. Presidente, de que um saúdo estadista, se não me falha a memória o Sr. Ministro Oswaldo Aranha, entrevistado pela imprensa durante o Governo do Sr. Getúlio Vargas, disse que o regime brasileiro era um regime policial-militar-clerical. E de fato era, Sr. Presidente, um regime policial-militar-clerical. Os militares davam os ordens, os policiais executavam e os representantes da Igreja banqueteavam-se com os governadores e, por consequência, pela omissão, pactuavam com os mesmos. Graças a Deus no nosso País já não é mais assim. O regime pode ser militar-policial mas clerical não, porque uma grande parcela dos bispos brasileiros, pela menos os mais identificados com a nossa população, já tomou posição em defesa do nosso povo em defesa da nossa massa brasileira e não sacrificada, e em lutado ultimamente, tem tomado uma posição consequente para a erradicação do analfabetismo, das doenças e de ignorância no nosso País. Ainda há pouco tempo tivemos oportunidade de verificar o apêgo do povo para este grupo de Bispos, para esta parcela dos Bispos que, tomando esta posição, têm recebido o apoio compreensivo da população sofredora do nosso País. Em Recife, por ocasião da instalação do V Congresso de União Parlamentar Interestadual no Teatro Santa Isabel, todos as autoridades e altos nomes foram convidados no recinto foram saudados com simpatia pelo povo, mas quando

se falou em Dom Helder Câmara a saudação foi feita, com a plateia, de pé. E para isso temos o testemunho de todos os nossos companheiros por ocasião daquele certame. O motivo que me traz a esta tribuna, já que é comum os Srs. Deputados lerem, neste recinto ordens do Dia Militares, Ordem do Dia de Guerra, e recortes de jornais, acho conveniente trazer também, para que conste dos Anais desta Casa, um manifesto de D. José Delgado.

(Lendo)

“Notícias do Maranhão dão-nos conta da tristíssima nota do fechamento da Rádio Educadora, da Arquidiocese de São Luís, pelo arbitrio de uma autoridade policial.

“Uma barreira sem precedentes. Um atentado que não atinge a Igreja. Uma grosseiríssima tentativa contra a Liberdade de Imprensa, que nos revolta e a quantos possuem consciência da dignidade humana.

“Quem primeiro deveria protestar contra ato tão degradante são os soldados dignos de uma terra que a Pátria lhes confia para defender a honra, a vida e liberdade do povo.

“A Revolução de 1964 precisa pôr cobro a indivíduos vestidos de soldado e que de militares só possuem a aparência. Não é possível — depois de tantas e tão graves faltas cometidas por criaturas incapazes de ocupar qualquer posto de autoridade, contra a dignidade de uma maioria que repele procedimentos imorais deturpantes a farda, em todos os tempos enobrecida por heróis, inclusive por tantos que deram e são capazes de dar a vida pelo próximo — não é possível deixar que furos sem consciência continuem a trindiar sobre a liberdade dos brasileiros, valendo-se da veste militar.”

“É perfeitamente justificada a explicação, que vem do Maranhão, de que o procedimento do Delegado Federal dali, considerado inconstitucional, pode representar um golpe na liberdade de imprensa ou pelo menos uma intimidação aos órgãos de opinião pública.

“Na verdade, a vil ação se vier a tornar-se moda, se vier a repetir-se em alguns outros Estados pobres e a se constituir regra para reprimir as denúncias patrióticas de quantos querem um Brasil mais brasileiro, começam a comprar a fazenda e mandar cortar o costurar a mortalha da pobre Nação que tanto amamos.

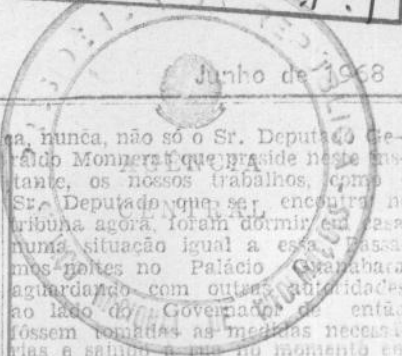
Pode ser também que a atitude insolita tenha como objetivo silenciar a Igreja, dada com toda razão como uma das últimas forças vivas do País.

Se é este o intento do infeliz escarisco, arvorado em mestre do patriotismo dos bispos, então cumpre-nos dizer bem alto que estamos no fim dos tempos e nos devemos preparar para assistir a crimes muito mais graves.

“O Arcebispo do Maranhão e seu quanto sobre a gente sensível daquela amada terra, digna de melhor sorte. Passou o tempo em que se vivia ali, sozinho e ilhado. O Brasil deverá ser cada dia mais Brasil. Cada brasileiro digno deste nome abre os olhos e quer ver cada pauco de terra e hinc cada cidadão e só assim, se concebe hoje uma pátria merecedora de tal nome”. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra para breves comunicações o nobre Deputado Nina Ribeiro.

O SR. NINA RIBEIRO (Para breves comunicações) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, vivemos um período semelhante ao da era colômbiana, antevejo as descobertas e as grandes feições científicas como o que hoje é retratado por toda a imprensa. No entanto, um contraste evidente a tudo isso, vemos que na Guanabara a sua



a atuação é taxado de comanista subversivo.

V. Exa. há de considerar o seguinte: o Grupo de Professores da Universidade Católica — que é considerado ultra reacionário — está a ser dos estudantes neste episódio, V. Exa.

SR. DALTON XAVIER — Não duvida, Sr. Deputado; estou de acordo com V. Exa. E' prever uma reformulação geral imediata; os estudantes precisam ouvir em suas reivindicações. A dúvida quanto a isto, morreu estudante e várias providências já ter sido tomadas.

SR. ALOYSIO CALDAS — Não poderá ser V. Exa., poderá ser eu, o meu sobrinho; poderá ser meu irmão. Morrerá muito mais Sr. Deputado.

SR. DALTON XAVIER — Fiz referência a morte do soldado apenas para caracterizar a maneira como morreu. Não foi morto pelos estudantes. O conflito na rua, dos estudantes — pedra contra tiro — já disseram muitas vezes aqui, é verdade. Não causou a morte deste soldado. Um balde cheio de cimento, jogado de um edifício, não é o que tenha sido um homem morto que o tenha atirado, lá de cima, com o propósito apenas de uma punição, a favor do estudante. Foi um crime criminosamente por alguém, isto a incompatibilizar a Polícia com estudante, ou estudante com Polícia.

SR. ALOYSIO CALDAS — Eu gostaria um fato a V. Exa.: a Polícia não tem comando. Tem a ordem de cafajestes do DOPS, são alcaçutes, que não são nem mais — a maioria sargentos reforçados das Forças Armadas prestam serviços ao DOPS, e que vão para lá para fazer confusão. São uns ladrões. Na maioria, sargentos renegados.

Estava na janela do meu gabinete, na sexta-feira — quando havia sido, aqui, neste Plenário — dançaram alguns telefonemas e vi quando chegou aquele movimento: a passagem dos estudantes, pela Avenida Branco, em direção ao Senado.

Na V. Exa., que presenciei da janela do meu gabinete o seguinte: jogou uma viatura do DOPS, com um crânio de dois metros de altura, uma bomba de gás lacrimogêneo na mão. Jogou uma para cada lado — ter ninguém, quer dizer, fazer confusão. Eu vi, da janela do meu gabinete. Jogou uma em direção à Rua da Assembleia, jogou outra para a frente do Teatro Municipal, jogou outra aqui, para a Evaristo de Melo. Quatro bombas. Fêz o trabalho, bateu no peito e saiu.

Se há comando, Sr. Deputado Dalton Xavier. Por que motivo é jogada a bomba de gás lacrimogêneo? Não havia um aglomerado de pessoas; não havia agitação; a rua era deserta. Por que, então? Pelo prazer de jogar as bombas de gás lacrimogêneo, para dizer que ele é o chefe, que ele é o bravo? Este homem tem que ser punido. Que se joga uma bomba de gás lacrimogêneo numa aglomeração de estudantes, para os estudantes — pelo menos — sair a se deslocarem; mas, estava lá todo o trecho, V. Exa. é testemunha de que nós estivemos aqui um completo deserto — todos os Deputados aqui compareceram — e que aquele homem fez aquilo? Impunidade. Porque não há castigo. V. Exa. sabe que não há castigo.

Na sexta-feira, o Sr. Governador chegou e saiu, e o estudante da Universidade. E o que aconteceu?

O SR. DALTON XAVIER — Ai há um pequeno equívoco de V. Exa. O Sr. Governador explicou muito bem isto. Houve, realmente, uma determinação do Governo, junto ao Reitor, de que os estudantes saíssem em ordem, em grupos pequenos, a fim de não atrapalhar o trânsito para Copacabana, ou de volta para Copacabana. Acontece que, quando estas ordens estavam sendo dadas — e combinadas — os estudantes resolveram sair de qualquer maneira e foram para o campo do Botafogo. Não levaram pau.

O SR. ALOYSIO CALDAS — Levaram!

O SR. DALTON XAVIER — O próprio General Salvador Mandim, neste microfone, e que esteve lá, declarou que viu e não viu violência. Ele assistiu até a ida dos estudantes nas camionetas. O próprio Deputado Salvador Mandim, general, com sua análise serena, neste microfone, disse que esteve no Campo do Botafogo, esteve na universidade, e disse que não houve este espantamento.

Mas, Sr. Deputado, eu estou contra isto tudo. Estou de acordo com V. Exa., realmente, não pode haver violência lá. Não pode haver violência. Ele assistiu até a ida dos estudantes nas camionetas. O próprio Deputado Salvador Mandim, general, com sua análise serena, neste microfone, disse que esteve no Campo do Botafogo, esteve na universidade, e disse que não houve este espantamento.

O SR. ALOYSIO CALDAS — Foi um homem do povo.

O SR. DALTON XAVIER — Não foi um homem do povo. Foi alguém, com intuições malélicas e criminosas. Atirar um balde, cheio de cimento, de um edifício, sabia que podia matar ou um estudante ou um policial, e infelizmente caiu na cabeça de um policial, que morreu. Havia este propósito criminoso de matar alguém. Isto é que nós não podemos deixar continuar, Sr. Deputado.

Nós que temos um pouco de responsabilidade temos que fazer com que esta Cidade volte à paz. Evitando a violência, de um lado, e atendendo as reivindicações de outro, de modo a que esta Cidade funcione novamente. Com os últimos acontecimentos os prejuízos da arrecadação foram enormes; vários prédios foram praticamente destruídos nas suas bases, como o prédio do Banco do Estado da Guanabara e outros, com prejuízos enormes, Sr. Presidente. Temos que, com a nossa parcela de responsabilidade, com ponderação, procurar paz e tranquilizar para esta Cidade, não admitindo violências, mas, por outro lado, não admitindo destruição.

O SR. PRESIDENTE (Fazendo soar a campainha): — Para informar que está esgotado o tempo destinado a V. Exa., Sr. Deputado Aloysio Caldas.

O orador seguinte é o Sr. Deputado Mauro Magalhães, que cede seu tempo ao Sr. Deputado Aloysio Caldas.

O SR. ALOYSIO CALDAS — Obrigado ao Sr. Deputado Mauro Magalhães. Dou o aparte ao Sr. Deputado Sebastião Contrucci.

O SR. SEBASTIÃO CONTRUCCI — Sr. Deputado Aloysio Caldas, o relatório que V. Exa. está fazendo é a expressão da verdade. E' de estranhar que o Sr. Deputado Dalton Xavier não considere violência a retirada do Campo do Botafogo daquelas crianças, naquela posição, como se fossem prisioneiros de guerra capturados pelo exército americano no Vietnã: as moças bolnadas — todo mundo sabe disso — sofrendo os rapazes os maiores vexames. Naturalmente, eles seriam transportados para qualquer dependência policial para

serem "tratados a bombons e a doces de coco"... E' a opinião do Sr. Deputado Dalton Xavier, com a qual não podemos concordar, mas S. Exa. tem o direito de manifestar. Deve ser a opinião de S. Exa.

Agora, quero responder ao Sr. Deputado Dalton Xavier que, inequivocamente, nós não concordamos com a violência, mas não temos a menor dúvida de que a violência não foi desencadeada pelos estudantes. A Polícia não cumpriu com o seu dever de acompanhar — armada ou desarmada, mas preparada — a passeada dos estudantes, e intervir no momento em que um ou outro elemento procurasse fazer depredações, procurasse sair da faixa da legalidade. A população foi provocada, retirada com bombas de gás lacrimogêneo dos edifícios onde trabalhavam pacificamente. E reagiu. Foi, naturalmente, um popular que jogou o instrumento que matou o soldado, o que é lamentável, como muitíssimo lamentável e também morrerem populares nestes acontecimentos.

Mas está agora nas mãos das autoridades — já que parece que com o recesso vai haver uma pausa para meditação — fazer com que esta pausa não seja, Sr. Deputado, usada para preparar as armas nem para acirrar os ódios: não pode ser com declarações como aquelas feitas pelo Comandante da Polícia Militar, prometendo revide, que teremos paz nesta Cidade. Toda ação provoca uma reação, e assim sucessivamente. Nós esperamos é que as autoridades que se apresentarem para governar este País, e que estão governando neste momento, tomem conhecimento da sua responsabilidade, encarem este problema, entendam-no e procurem equacioná-lo, mas não com repressão, com violência. De jeito nenhum. Muito obrigado.

O SR. ALOYSIO CALDAS — Concedo, com prazer, um aparte ao nobre Deputado Mauro Magalhães, agradecendo a S. Exa. pelo tempo que me cedeu.

O SR. MAURO MACALELES — Agradeço o aparte que V. Exa. me concede.

Sr. Deputado Aloysio Caldas, não posso mais ouvir o alado, afirmações como as que foram feitas, ainda há pouco, pelo nobre Deputado Dalton Xavier, amigo do Governador, e que acha que tem de defendê-lo a qualquer preço, mesmo que seja contra a população do Estado. Sr. Deputado, uma Comissão saiu desta Casa, em missão oficial, e foi para o campo da Universidade. Lá, assistimos às maiores burrices, partidas das autoridades.

O SR. SOUZA MARQUES — A Sessão não está sendo irradiada.

O SR. MAURO MACALELES — Não serão mais irradiadas, Sr. Deputado. Mas, como dizia, Sr. Deputado Aloysio Caldas, assistimos a muita coisa que a Comissão não teve, ainda, oportunidade de relatar nesta Casa. Recebemos informações de que estávamos para ser presos. Prender, então, quem tem a coragem de ir para a rua defender os estudantes? Dever-se-ia fazer, então, como faz o Sr. Negrão de Lima, recluso, dentro do Palácio Guanabara até às dez horas da noite — e nem isso, porque já sexta-feira, antes de meia-noite, ligamos para o Palácio Guanabara e não havia ninguém para atender no telefone quando, numa situação desastrosa, o Governador deveria estar atento, postos, lá no Palácio. Mas S. Exa. não estava, o que é inédito ali, o que é inédito num Estado que tem uma História cheia de tumultos, porém nenhuma com tal gravidade. Antes, tínhamos aqui governo sempre ameaçado de invasão, ameaçado de intervenção de ser assaltado, e nun-

unca, não só o Sr. Deputado General Monnerat que preside neste instante, os nossos trabalhos, como o Sr. Deputado que se encontra na tribuna agora, foram dormir em casa, numa situação igual a esta. Passamos noites no Palácio Guanabara, aguardando com outras autoridades, ao lado do Governador, de então, fossem tomadas as medidas necessárias e salidas a qualquer momento em que se fazia mister. Agora, o Governador fica atrás das grades do Palácio Guanabara. E ele disse — disse e ninguém irá desmentir-me; não desejo diálogo com ele. Mas, quando a Comissão lá chegou e o Sr. Deputado Cyro Kurtz telefonou ao Sr. Governador Negrão de Lima, ele declarou: "Sr. Deputado, me dá dez minutos para eu tirar as tropas das portas, das cercanias da Universidade". Nós conversamos com os estudantes com os professores, com o Sr. Reitor, e foram aceitos esses dez minutos para a retirada das tropas, a fim de que os estudantes saíssem conosco e com o Sr. Reitor, pacificamente, para casa.

Porque, Sr. Deputado, o que aconteceu — e ainda fica alguém falando em paz e em tranquilidade, depois que o Governador do Estado se omitiu, pois nem no Palácio Guanabara ele fica mais. Os dez minutos se passaram e o Sr. Negrão de Lima não cumpriu com a sua palavra. Passados mais 15 minutos, o Sr. Deputado Cyro Kurtz voltou a telefonar e o Sr. Governador Negrão de Lima pediu mais dez minutos. Isto se repetiu várias vezes e o Sr. Deputado Cyro Kurtz irá confirmar o que eu digo, tal como o Sr. Reitor Clementino Fraga já confirmou em nota oficial. Finalmente, ninguém é bobo. Houve, realmente, uma proposta que não chegou a ser levada aos estudantes, proposta recebida pelo Sr. Reitor. O Sr. Reitor não a aceitou, nem os Srs. Deputados que estavam ali, em missão desta Casa, para impedir o massacre, tal como já aconteceu com a Polícia do Sr. Negrão de Lima, quando invadido, em outra oportunidade, uma Faculdade — e fez o corredor polonês. Ora, como confiar? A proposta, Sr. Deputado Aloysio Caldas, V. Exa. não aceitarla, tenho certeza — e eu ficaria muito envergonhado se algum companheiro tivesse a coragem de fazê-lo. A proposta era para que saíssem, primeiro, o Sr. Reitor e os Deputados; em seguida, os professores, depois os do Centro Acadêmico e, finalmente, os estudantes, em pequenos grupos, com a Polícia na porta. Ora, Sr. Deputado, seria uma covardia inominável, seria compactuar com o Sr. Negrão de Lima que é um joguete, aqui, hoje, na Guanabara. Seria um ato de covardia se o Sr. Reitor saísse antes que os seus alunos o fizessem, se os Srs. Deputados também saíssem e deixassem que a Polícia fizesse o que bem entendesse com os mil e tantos estudantes que ali entraram, pacificamente, e na hora de voltar para casa foram impedidos. Sr. Deputado, isto não é brincadeira: eram mil e tantos jovens, moças, também, que ali estavam debatendo o problema dos estudantes com os professores, que aceitaram os debates e tiveram, então, o apoio dos mesmos e do Sr. Reitor. Houve a reunião e quando queriam voltar para casa foram presos. Quando saíram, os vinte primeiros foram presos. Então, o que quer o Sr. Negrão de Lima? E eu já não queria falar mais dele porque o Sr. Negrão de Lima está ultrapassado em tudo isso.

Porque a verdade é esta: ele mandou, sim, várias vezes, o General Raposo, com ordem, tirar as tropas da frente da Universidade, mandou recolher as tropas. O Gen. Raposo esteve com os Srs. Deputados, com os Professores e o Sr. Reitor e fez um discurso muito bonito dizendo que se sentia honrado e orgulhoso por ter sido destacado para cumprir

No momento estou enviando esforços para conseguir o calçamento das Ruas Taturana, Teófilo e o prosseguimento da Rua Ipojo Diniz, por mim iniciada e interrompida. No entanto, Sr. Presidente, já há um colega nosso — e aqui vai o ditado popular — que está querendo tirar a azuleira da minha empada.

Aquela rua foi por mim iniciada no tempo de vereador; a pavimentação parou em meio e, agora, estou enviando esforços, como disse, para a sua conclusão e, se for preciso, brigarei por ela.

Não adianta estar distribuindo prospectos de casa em casa, não adianta querer parecer dono da enchente porque não permitirei.

Outro problema que, como Patrono e Presidente Honorário do Centro Pró-Melhoramento Vicente de Carvalho, Vaz Lobo e Parque Celeste, vou tentar solucionar, pedindo ao Sr. Governador, é a transformação do nome Estrada Vicente de Carvalho para Avenida Vicente de Carvalho.

Não há razão para aquela via se chamar estrada porque já existem as Avenidas Brasil, Edgar Romero, Edson Passos, Automóvel Clube, Sabur. Pró-Melhoramento Vicente de Carvalho continua sendo estrada. Não. Vou fazer um projeto ou uma indicação, o instrumento que for necessário, para que a Estrada Vicente de Carvalho, atendendo ao pedido dos seus moradores, passe a se denominar Avenida Vicente de Carvalho.

Termino, Sr. Presidente, mais uma vez repetindo: respeito as proposições dos colegas. Não vou tirar azuleira da empada dos outros, mas não admito, também, que tirem da minha empada.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra, para breves comunicações, o Sr. Deputado Sebastião Contrucci.

O SR. SEBASTIÃO CONTRUCCI (Para breves comunicações) — Sr.

Presidente, Srs. Deputados, como é do conhecimento público está Casa homenageia hoje um dos generais da Revolução, o que primeiro se levantou contra o Governo João Goulart.

Hipoteca a nossa irrestrita solidariedade a essa homenagem porque vemos no ilustre Presidente do Supremo Tribunal Militar um homem de uma sinceridade indiscutida, e por acreditarmos na sinceridade de propósitos que levaram S. Exa. a pegar em armas contra o Governo João Goulart, é que manifestamos a nossa solidariedade à homenagem de hoje.

S. Exa. foi um dos primeiros a manifestar a sua decepção pelos rumos dos acontecimentos.

Agora, Sr. Presidente, vou ler uns trechos de um artigo de hoje do Sr. Edmundo Muniz para que conste dos Anais da Casa:

(Lendo)

"Falar em planos subversivos constantes de documentos secretos apreendidos pelos órgãos de segurança, que teriam como objetivo a agitação nos estudantes e nas escolas, é dar uma prova evidente de absoluta identificação da realidade atual.

1963 não é 1964. Ninguém se deixa mais ludir com tais denúncias que não passam de uma chantagem já conhecida.

A maioria das Forças Armadas estão pagando caro por ter acreditado na preparação de uma guerra revolucionária que nunca existiu. Foi envolvida na manobra de um grupo inescrupuloso que assaltou o poder. Vê-se, agora, responsabilizada pela supressão da democracia e pelo estabelecimento de uma ditadura que prima pela corrupção e pelo entreguismo. Ainda não sabe como sair desta situação depois de ter sido iniciada com a nação e com o povo. Houve, sem dúvida, o ardiloso propo-

sito de jogar os militares contra os civis e os civis contra os militares a fim de tornar irreversível um novo regime amparado pelos fuzis e pelos tanques.

Planos de subversão, infiltração de extremistas, ação de agitadores profissionais, guerra revolucionária são palavras que, hoje em dia, não assustam nem despertam apreensões ou temores. Estão inteiramente descreditadas por aqueles que delas se utilizam. Pertencem a um velho arsenal de mentiras já gastas que não produzem efeitos. Um arsenal obsoleto. Sómente um Jarbas Passarinho ainda pode acreditar na eficiência de uma denúncia desta ordem que se fundamenta numa manobra tão desmoralizada.

A realidade é outra. O movimento de abril de 1964 teve o mérito de abrir os olhos de muita gente. Foi uma lição. Uma lição dramática, mas proveitosa. Os hipócritas tiraram as máscaras. Os puritanos, que pregavam a austeridade moralizadora, não passam de Tartufos como os fatos se incumbiram de comprovar. E aí temos um regime que é uma vergonha em todos os sentidos. Os escândalos da Dominum, do café solúvel, da plataforma submarina, da venda da Fábrica Nacional de Motores, das altas do dólar, sem falar em muitos outros que são do conhecimento geral, bastam para mostrar a quem foi entregue o País.

O governo nem se dá ao trabalho de defender-se. Para quê? Acredita na impunidade. E nunca se viu um descaso tão grande pela opinião pública. O que se fez está feito. Proteste quem quiser. E não é só o que Governo. É tudo o que se faz e se se fez o que está resguardado pelo fará no mesmo sentido. Os escândalos prosseguirão.

Nada, evidentemente, será apurado mesmo que haja uma comissão de Inquérito. É o caso, por exemplo, já na área política, da invasão da Universidade de Brasília. A quem o Governo entregou a apuração do caso? A Garrastazu. Não sabemos por que ele não foi ainda chamado para depor na Comissão Parlamentar de Inquérito. Ou Garrastazu desconhece o plano da invasão da Universidade e fica mais uma vez comprovada a ineficiência do SNI, que tanto dinheiro consome da nação, ou tinha conhecimento do que iria acontecer e não tomou as providências que o caso requeria. Pela versão oficial, nenhuma informação foi levada a Costa e Silva, que se declarou surpreso e descontente com a invasão.

Quando o Governo apreza a disposição de apurar a responsabilidade dos autores de uma violência ou de uma negociação, entrega o caso, inevitavelmente, a quem não tem o menor interesse de esclarecê-lo.

Na realidade, não existe nenhum plano especial de subversão na área sindical, o que não quer dizer que não haja um descontentamento generalizado com a ordem existente.

Se todas as vezes que os trabalhadores, dentro dos sindicatos, forem acusados de subversivos porque apresentam suas reivindicações de classe, o que se pretende com isto é neutralizar a vida sindical. Subversivos então são os sindicatos por si próprios, pelo fato histórico de existirem, como em qualquer nação democrática, o que constitui, em pleno século XX, um ponto de vista ridículo que denota o primarismo de quem o adota.

O descontentamento é geral e crescente. Não há quem esteja satisfeito, quem possa justificar seriamente a política econômica, financeira e social do Governo que desmoraliza as empresas brasileiras, congela os salários, aumenta o custo de vida, contém o desenvolvimento nacional.

A conspiração de direita, que se verifica dentro do próprio Governo, tem

como objetivo o endurecimento ditatorial que é uma forma de apagar luz do quarto para que não se veja o que se passa lá dentro. Não é um solução para a crise nacional e sim o meio de perpetuar um grupo poder profundamente impopular, o qual não tem coragem para enfrentar a situação em que vive o País.

Aí é que está a verdadeira subversão que começou em 64 e persiste até hoje, desmantelando o regime democrático para retardar a revolução brasileira.

Mas contra esta subversão Jarbas Passarinho não tem a coragem de protestar. Está de pleno acordo. Prefere enveredar no caminho da fraude e da falsificação de um plano subversivo que não existe.

Por considerar lapidária esta artigo, que o II da tribuna, Sr. Presidente para que conste dos Anais da Assembleia.

(Sem revisão do orador).

24 Set 68

Gostaríamos de chamar a atenção para o fato de que a indústria nacional está preparada para fornecer equipamento, que será importado, na medida do tempo que será exigido pelos fornecedores estrangeiros.

Por isso, Sr. Presidente, sabendo da dificuldade do trâmite de uma indicação até ao Governo Federal, estamos encaminhando ao mesmo tempo o seguinte telegrama ao Sr. Presidente da República:

(Lendo):

"Esperada próxima dias assinatura contrato financiamento estrangeiro obtido pela CTB dos grupos PTT e ERICSSON considerado profundamente lesivo expansão indústria nacional pt. Roga Vossa Excelência mande sustar assinatura fim verificar fato Saudações Deputado Francisco Gama Lima ARENA Guanabara."

A seguir, telegrama ao Sr. Presidente do CONTEL:

(Lendo):

"Peço Vossa Excelência mande reexaminar contrato financiamento obtido pela CTB das empresas ERICSSON e PTT permitindo imediata e que satisficará indústria nacional gênero Saudações Deputado Francisco Gama Lima ARENA Guanabara."

Mais ainda, Sr. Presidente, telegrama ao Ministro das Comunicações:

(Lendo):

"Peço Vossa Excelência mande sustar assinatura e reexame contrato CTB com PTT e ERICSSON sobre financiamento considerado lesivo expansão industrial nacional fim apurar tal fato Saudações."

E finalmente, Sr. Presidente, ao Senador carioca, Gilberto Marinho, Presidente do Senado, damos a mesma notícia e solicitamos que S. Exa. interira no sentido de que seja sustada a assinatura até comprovação de que não tem cabimento a denúncia que chegou ao meu conhecimento.

Sr. Presidente, no momento em que desejamos expandir a indústria nacional, é sobretudo no setor da electricidade, da electrónica, das telecomunicações e das comunicações, que nós devemos procurar incentivar quantos venham se dedicar a essa especialidade.

Por isso, Sr. Presidente, aguardamos — no mais curto prazo — o pronunciamento do Governo da República e da própria EMBRATEL e da CTB, de vez que, pelo que soube, amanhã, terça-feira, deveria ser assinado o contrato; espero que não seja na defesa da economia da Guanabara, além do mais porque isto corresponderá a menos impostos para o Estado e a menos impostos para o próprio Governo Federal se passarmos a importar, retornando a uma situação, sem dúvida alguma, pré-colonial ou colonial em matéria de comunicações. *(Sem revisão do orador)*

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Sebastião Contrucci.

O SR. SEBASTIÃO CONTRUCCI

Sr. Presidente, Sr. Deputados, o "Correio da Manhã" de ontem trouxe uma notícia no primeiro caderno em que diz:

(Lendo)

"O professor titular de História, do Instituto Central de Humanidades, da Universidade de Brasília, Sr. Ricardo Roman Blanco — para quem o Ministro da Educação pedirá, amanhã, a expulsão do País sob a acusação de "ter tentado destruir a Universidade Brasileira — desembarcou em Santos em quatro de setembro de

1952. Sua carteira de estrangeiro (do Serviço de Registro de Estrangeiros) tem registro nº 372.165; profissão: electricista."

É esse mesmo estrangeiro, Sr. Presidente, indesejável, reprovado na PUG em 1957 em exame solicitado para revalidação de um curso que dizia ter feito na Espanha, que conseguiu — não sei de que forma — se fazer professor da Universidade de Brasília. É esse mesmo professor — cuja expulsão do País está sendo solicitada pelo Ministro da Educação — que, segundo notícias dos jornais, tem o apoio do Ministro da Justiça.

Vejam Sr. Presidente, Sr. Deputados, em que situação colocam os estudantes, em que situação funcionam as universidades no Brasil. E, quando os mesmos protestam, são atacados dentro das próprias universidades à baia.

Ora, Sr. Presidente, para coroar isto tudo, o que nos leva a acreditar que seja mesmo um plano, de fato, contra a juventude de nossa pátria, sexta-feira foi distribuído profusamente, aqui na Guanabara, nas escadarias da Central, principalmente, o seguinte volante:

(Lendo)

"A Ditadura Invade a Universidade de Brasília"

- E o que encontrou?
- Ausência absoluta de autoridade.
- Doutrinação marxista. Plebiscões diários.
- Corra de alunas. Abortos Bebedeiras.
- Roubo. Depredação de patrimônio público e particular.
- E o estudo...?

Agora sim, o povo é que quer reformar e limpar a Universidade Brasileira."

Ora, Sr. Presidente, onde está a nossa polícia, o Serviço Nacional de Informações, que não procura saber de onde vem esta campanha contra a família brasileira, contra a nossa Pátria? Porque, o que de melhor nós temos, é esta juventude, Sr. Presidente. Em vez de orientá-la, em vez de guá-la, em vez de corrigir as suas distorções, alimenta a sua campanha de difamações, que atingirá, fatalmente, todo o nosso povo.

É contra este estado de coisas que nós protestamos e, conjuntamente comigo, o Ilustre Deputado Paulo Ribeiro, que também hipoteca a solidariedade ao nosso protesto. Também o Deputado Frederico Trotta. É preciso que se investigue de onde vem esta campanha.

Há pouco tempo, o super-Ministro da Educação, Cel. ou Gal. Meira Mattos, fez uma declaração, depois de um inquérito moroso, de que havia um estado de guerra subversivo dos estudantes contra os poderes constituídos. E nós constatamos, Sr. Presidente (o povo brasileiro já constatou há muito tempo) esta campanha impune que se faz contra esta juventude. Convença-nos plenamente de que existe, de fato, um estado de guerra permanente, mas é das autoridades da República, das autoridades do País, contra a juventude, contra os constituídos contra a parte sã de estudantes que são as esperanças da nossa Pátria; que é preciso dar um exemplo nisso. É preciso que as autoridades mandem investigar de onde parte esta campanha.

Isto não beneficiará nem ao Governo, nem ao povo e só prejudica a nossa Pátria e a nossa Nação.

(Sem revisão do orador).



2 - NOTÍCIAS DA IMPRENSA

2.1 - Correio da Manhã - 22 Ago 67

2.2 - Tribuna da Imprensa - 3 Abr 68

2.3 - Diário de Notícias - 30 Abr 68

**CORREIO DA MANHÃ**

CSN/INEXO N.º 2.1

22 AGO. 1967



# DEPUTADO QUER QUE GENERAIS IMPONHAM ORDEM NO EXÉRCITO

O deputado Sebastião Contrucci disse ontem na Assembléa Legislativa que "chegou o momento de os generais se levantarem para impor também a disciplina nos quadros mais altos do Exército", quando comentava as notícias de que forças do Exército garantem a cassação do governador de Mato Grosso.

Acrescentando que aquêlê Estado é a principal vítima da "abrilada" e citando os fatos ultimamente registrados em Nova Iguaçu, onde o prefeito da localidade foi destituído por um capitão, afirmou o parlamentar — que na época do sr. João Goulart, soldados e marinheiros se mostraram indisciplinados. E hoje o que vemos são oficiais do Exército com força suficiente para pressionar deputados e vereadores, a fim de cassar mandatos de representantes do povo escolhidos em pleito livre.

### PROCURADOR

A Assembléa Legislativa da Guanabara anulou ontem a votação realizada em sessão secreta para apreciar a indicação do governador Negrão de Lima do nome do sr. Leopoldo Braga para o cargo de procurador-geral da Justiça em substituição ao sr. Arnold Wald, que se demitiu. A votação foi anulada em virtude de existir número maior de sobrecartas que o de parlamentares presentes. Nova reunião secreta deverá ser realizada hoje para votação.

### FUMO

Projeto proibindo a propaganda do fumo pelo rádio, televisão e jornais ou outros veículos e ainda obrigando o uso dos dizeres bem visíveis: *Prejudicial à Saúde*, nos envólucros de qualquer produto cuja matéria seja o fumo, foi ontem apresentado na Assembléa Legislativa.

Em seu parágrafo único, estabelece o projeto de autoria do deputado Caio Mendonça, que a proibição não alcança a propaganda interna em estabelecimentos comerciais cuja atividade inclua a venda de fu-

mo, cigarros e charutos. Justifica o parlamentar que o fumo é responsável pelas doenças pulmonares, o câncer e o enfisema.

### CRÉDITOS

A Assembléa Legislativa aprovou ontem, projetos abrindo crédito especial de ..... NCr\$ 100.000,00 à Secretaria de Segurança Pública para pagamento dos ex-empregados da PANAIR contratados pelo Serviço de Trânsito. Outro que abre crédito de NCr\$ 54.771,00 para pagamento de juros vencidos e a vencer nas prestações que serão pagas ao INPS para liquidação do débito decorrente da retenção de contribuições destinadas ao antigo IAPC dos exercícios de 63, 64 e 1965, relativas aos servidores contratados pelo Departamento de Limpeza Urbana. Aprovou ainda projeto abrindo crédito de NCr\$ 5.200,00 para pagamento do reajustamento de aluguel do imóvel da Avenida Churchill, 109, 12.º e 13.º andares, onde estão instaladas as Divisões de Estatística e Geografia da Coordenação de Planos e Orçamentos do Estado.



TRIBUNA DA IMPRENSA = 03 Abril 68.

### Deputado pede que PM não use arma de fogo contra o povo

O deputado Sebastião Con-  
trucci (Grupo Renovador do  
MDB) apresentou, ontem, na  
Assembleia Legislativa da Gua-  
nabara, projeto vetando o por-  
te de armas de fogo pelas cor-  
porações policiais incumbidas de  
repressões, permitidas ou não  
pelas autoridades estaduais, de  
manifestações políticas, estu-  
dantis ou operárias.

No seu projeto salienta o  
parlamentar renovador que "a  
ação policial se destinará sem-  
pre à manutenção da ordem  
pública e da segurança coletiva  
e exercerá, exclusivamente, com  
o uso de instrumentos moder-  
nos de repressão, que não colo-  
quem em risco a vida humana".

#### REBELIAO

Na justificativa do seu  
projeto diz o sr. Sebastião Con-  
trucci que "não podemos igno-  
rar que na rebelião dos jovens  
existe algo que não pode ser so-  
pitado pelo violência porque  
ela traz uma mensagem que  
não se cala diante da morte de  
alguns sacrificados em nome de  
uma causa, de uma idéia, de um  
anseio, de uma esperança". Pre-  
cisamos reduzir os meios e as  
conseqüências das repressões ex-  
cessivas sem que isso importe  
em animar ou agravar as agi-  
tações".

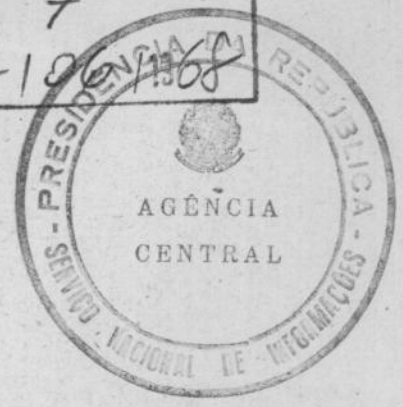
O parlamentar acentua ain-  
da que é preciso buscar em ou-  
tros países os métodos que, há  
muito, já vêm sendo adotados  
para reprimir os movimentos  
populares, sem o risco da vida  
humana.

"Existem métodos e recur-  
sos modernos e nós os possui-  
mos. Por isso, estamos em con-  
dições de humanizar a ação poli-  
cial através de leis e regula-  
mentos, como propomos neste  
projeto".

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

30 ABR. 1968

ANEXO N.º 7  
LANÇADO EM 17/04/1968



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DN 20

CONTRUCI: BRASIL VIVE CLIMA GERAL DE TERROR

O sr. Sebastião Contruci disse, ontem, que «se institucionalizou um estado de medo coletivo, no Brasil, tais são as medidas repressivas organizadas pelas autoridades policiais e outras incumbidas da segurança pública», enquanto discorria sobre as manifestações programadas para o Dia do Trabalho.

O parlamentar emedebista exemplificou o que afirmava com o aparato militar empregado nas comemorações à memória de Getúlio Vargas (de Tiradentes e que já se anuncia com mobilização de tropas para o dia 1º, com o propósito de repetir o esquema, e o sr. Ciro Kurtz denunciou a prisão, no Exército, de trabalhadores que distribuíam panfletos para a concentração.

932



3 - INFORMES E INFORMAÇÕES

3.1 - Informe nº 55/EMAER - 16 Fev 68

3.2 - Informe nº 252/SNI/ARJ/68 - 9 Set 68

3.3 - Informe nº 401/EMAER - 26 Set 68

3.4 - Extrato de Prontuário - EMAER

3.5 - Extrato de Prontuário - SSP/GB

3.6 - Extrato de Prontuário - Instituto Felix  
Pacheco

CSN/ANEXO Nº 31

1. ASSUNTO: SUBVERSÃO - 1º Maio 68
2. ORIGEM: DOPS/ER (INFE Nº 01/GM2/BR, de 07/02/68)
3. CLASSIF: - - -
4. DIFUSÃO: ZONAS AÉREAS
5. CLASSIF APP: - - -
6. DIFUSÃO ANX: SNI/ARJ - CIE/DF - 7º DN - GM-2/ER - GM-2/RJ

*aut. 1000*

INFORME Nº 055 / EMAER  
( 16 Fev 68 )

Este Serviço tomou conhecimento do seguinte Informe:

" 1º) - Os círculos: sindicais, estudantis, camponeses e Parlamentares da oposição, ligados às orientações ideológicas do extinto PCB, estão preparando um esquema subterrâneo de agitações sociais em todos os Estados da Federação, cujo início será a partir de Janeiro do próximo ano.

O plano de agitação constará de comícios, atos públicos, assembléias sindicais e outros movimentos de protesto contra o atual governo.

A finalidade precípua de tais agitações, é preparar o espírito da massa popular para o desencadeamento de um forte movimento no transcurso do dia 1º de maio de 1968, data esta onde serão realizadas passeatas-"monstro" e concentrações nas grandes capitais e municípios, organizadas por operários, camponeses e estudantes.

Como principais centros de agitações que estão sendo cogitadas, temos: São Paulo, Rio Grande do Sul, Guanabara, Pernambuco, Pará, Rio de Janeiro, Paraná, Goiás, Maranhão, Amazonas e outros.

Todos os movimentos de protestos planejados, terão como base as seguintes reivindicações:

- a) - Liberdades Sindicais, Criação de uma central única, nos moldes da central única dos trabalhadores do Chile, que é controlada pelos comunistas.
- b) - Anistia ampla para todos aqueles que foram atingidos pela Revolução de 31 de Março. Eleição direta para Presidente, Governadores etc.
- c) - Revogação da Lei de Segurança Nacional, de Imprensa e bem como: Suplicy e Acôrdo Mec-ISAID.
- d) - Revogação das leis do arrôcho salarial e das fusões dos antigos institutos de Previdencias Sociais.
- e) - Entrega do poder ou do Governo ao poder civil e criação de mais dois Partidos políticos.
- f) - Protestos contra o FMI e do domínio dos imperialistas americanos.
- g) - Apoio intransigente ao último manifesto dos Bispos e às encíclicas Papais.

1) - Protesto, contra a internacionalização da Amazônia e o papel de guerra para as forças armadas, bem como, o domínio do poder militar no governo do país.

1) - Formação de alianças operárias estudantis, camponesas de unidades em todas as frentes de atividades, concitando o povo de todas as classes sociais, para a formação de uma frente única de libertação nacional, dentro do esquematizado pela TMI continental de Havana e OSLA.

Todas as planificações especificadas, obedecem orientações esquematizadas dos comunistas ainda ligados aos círculos sindicais, estudantis, camponeses, parlamentares, clericais, rurais, intelectuais etc, pretendendo levar avante uma campanha de subversão social contra o atual governo da República e as nossas instituições. Outrossim, o PCB já está articulando os seus dirigentes e militantes a endossarem todos os movimentos de protestos que se organizarem e forem às praças públicas, sejam MDB, FRENTE AMPLA, BISPOS e etc.

Acontecimentos no dia 1º de Maio, considerado "DIA D":

- 1 - Concentrações, comícios e passeatas monstro, em São Paulo, Porto Alegre, ABC, Guanabara, Niteroi, Recife, Curitiba, Belém do Pará, São Luiz, Campina Grande, João Pessoa, Natal e outras grandes cidades.
- 2 - Levarão Faixas, cartazes e até retratos dos que chamam vítimas da ditadura militar.
- 3 - Será lançado um manifesto do PCB, no dia 1º de Maio, também às confederações e federações sindicais, organismos estudantis e clericais.

As entidades que já se encontram articuladas nos meios sindicais, são:

CONTAG - CONTEG - CNTTT - CNTMCOP - Federações e Sindicatos filiados às Confederações acima citadas e ainda dos Petalões, textos, gráficos e dezenas de outras entidades do âmbito sindical nacional.

A Confederação Brasileira dos Trabalhadores Cristãos, tendo como Presidente LAMERCIO FIGUEIREDO PEREIRA, também terá participação ativa no decorrer dos acontecimentos de 1º de Maio.

Os principais representantes de entidades de classes que tomarão parte nas manifestações de 1º de Maio, são:

Raimundo Marinho - Mario de Oliveira - José Rotta - Agostinho José Netto - Minio de Moraes - Alecu Portocarrero - Demístocles Batista - Rui Brito de Oliveira Pedrosa e dezenas de outros.

A parte de arregimentação em relação aos estudantes, estão sendo feitas através da UNE - UBES - UME - FULC - CACO e outros.

Quanto aos Deputados que participarão do movimento, cito os seguintes:

CONT...

CONFIDENCIAL



510

CSN/ ANEXO N.º 2.8

## PRESIDENCIA DA REPÚBLICA

## SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

Fichar  
H.B. [illegible]INFORME N.º 252 / SNI / ALM / 1968

(23 15 - 12)

ORIGINAL DOSSIE Nº  
IARA VARGAS

Data : 9 Set 68

Assunto : Grupo Renovador do MDB na AL/GB

Classificação : A-2 (Fonte absolutamente idônea - Prov. Verdadeira)

Difusão : 2ª DUAZ - CENIMAR - CIE

I - Na Assembleia Legislativa de Guanabara há um grupo que se denomina como Renovador do MDB, cujos participantes são os que se seguem: IARA VARGAS, ALCISIO CALDAS, ALBERTO RAJCO, FABIANO VILANOVA, SEBASTIÃO CORRUCCI, CIRO KUNZ e MÁRIO SALADINI.

II - Se identificam pelas suas atividades, como comunistas, os Deputados ALBERTO RAJCO (e intelectual, líder dos demais, coordenador de parte da equipe), SEBASTIÃO CORRUCCI (parece ser o segundo em comando, na escala hierárquica, entre eles), ALCISIO CALDAS (sem muita cultura, é trabalhado pelos líderes para agir como elemento agressivo e provocador, com a finalidade de tumultuar nas horas convenientes; é também utilizado para acompanhar nas comissões e no plenário a tramitação de requerimentos e projetos de lei em curso. Sua área eleitoral é a zona rural, principalmente Campo Grande), CIRO KUNZ, FABIANO VILANOVA e MÁRIO SALADINI (usados para se infiltrarem no meio estudantil, com o propósito de tentarem liderar movimentos de agitação e, também no meio do operariado; encontram-se no momento em BÓVIA, onde foram assistir ao IX Festival da Juventude (Frente Comunista Internacional). A viagem que estão empreendendo aos países da CF, foi custeada pela AL/GB, montando em R\$ 15.000,00 a ajuda de custo, para cada um. Se encontravam em ROMA quando da ocupação da TCHECOSLOVÁQUIA pela URSS.

Apesar dos esforços do Grupo em tentar se infiltrar no meio estudantil, não os meios colocados à parte, porquanto os estudantes se acham desiludidos com os políticos atuais, preferindo serem eles dirigidos pelos seus próprios líderes. Dizem os estudantes que a oposição que os deputados de MDB apresentam, nada mais é do que

See info  
12/9/68



Informe nº 252 (18.15 a 18.18) - Cont.

-2-

ocorrência pacífica da regra do jogo do Gov Fed. Nota-se na AL/GB que os nossos trabalhos coordenados e sob uma orientação pré-determinada, matematicamente estudada, com o fito de perfeição nos mínimos detalhes. Nunca discutem em público sobre suas divergências e, quando por um lado lizo qualquer se inicia uma discussão, o líder ALBERTO RAJRO, toma a iniciativa de terminá-la, com as palavras: - Lembrem-se que não podemos discutir em público.

Paradoxalmente o grupo dos elementos comunistas na AL/GB é hoje (depois da Revolução de 31 Mar 64) mais forte e mais bem qualificado do que anteriormente. São os seguintes, antes da Revolução eram eles - HIRACLES CORREIA (tecilista e agitador), JOAO MASSERA (metalúrgico, mas fraco na atividade parlamentar), SIVAL PALMEIRA (advogado, culto e excessivamente teórico) e PAULO ALBERTO (jovem imaturo, além do inexperiente IB TRINHEIRA. Atualmente o Grupo Renovador é mais homogêneo, tem superior trabalho de equipe e parece que obtém melhores resultados.

espresso



Na Assembleia Legislativa da Guanabara há um grupo que se denomina como GRUPO DA BARRA DO MDB, cujos participantes são os que se seguem: ALBERTO RAJTO, FABIANO VILANOVA, MÁRIO SALADINI, ALBERTO RAJTO e MÁRIO SALADINI.

II - Para justificar, pelas suas atividades, como comunistas, os Deputados ALBERTO RAJTO (intelectual, líder dos demais, coordenador de prça da Associação dos Estudantes), ALBERTO CONTRUCCI (parece ser o segundo em comando, na escala hierárquica, entre eles), ALOISIO CAIDAS (sem muita cultura, é trabalhado pelos líderes para agir como elemento agressivo e provocador, com a finalidade de tumultuar nas horas convenientes; é também utilizado para acompanhar nas comissões e no plenário a tramitação de requerimentos e projetos de lei em curso. Sua área eleitoral é a zona rural, principalmente Campo Grande), CIRO KURTZ, FABIANO VILANOVA e MÁRIO SALADINI (usados para se infiltrarem no meio estudantil, com o propósito de tentarem liderar movimentos de agitação e, também no meio do operariado; encontram-se no momento em SÓFIA, onde foram assistir ao IX Festival da Juventude (Frente Comunista Internacional). A viagem que estão empreendendo aos países da CE, foi custeada pela AL/GB, montando em R\$ 15.000,00 a ajuda de custo, para cada um. Se encontravam em PRAGA quando da ocupação da TCHECOSLOVÁQUIA pela URSS.

Apesar dos esforços do Grupo em tentar se infiltrar no meio estudantil, são os mesmos colocados à parte, porquanto os estudantes se acham desiludidos com os políticos atuais, preferindo serem eles dirigidos pelos seus próprios líderes. Dizem os estudantes que a oposição que os deputados do MDB apresentam, nada mais é do que

( Continuação de INFORME Nº 401 / EMAER - 26 Set 63 ) FI-2

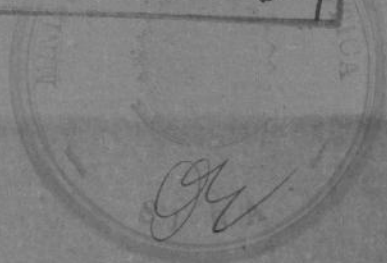
acitação pacífica da regra do jogo do Gov Fed. Nota-se na AL/GB que os membros trabalham coordenados e sob uma orientação pré-determinada, meticulosamente com o fito da perfeição nos mínimos detalhes. Nunca discute suas divergências e, quando por um de-  
 lise qualquer discussão, o líder ALBERTO RAJZO, toma iniciativa de terminá-la, com as dizes: - Lembrem-se que não podemos discutir em público.

Presidência da República  
 Conselho Nacional de Economia

O grupo dos elementos comunistas na AL/GB é hoje (depois de 31 Mar 64) mais forte e mais bem qualificado do que anteriormente. São eles: HÉRCULES CORREIA (tecelão e agitador), JOÃO MARCONI (metalúrgico, mas fraco na atividade parlamentar), SINVAL PALMIRA (advogado, culto e excessivamente teórico) e PAULO ALBERTO (jovem imaturo, além do inexperiente IB TEIXEIRA. Atualmente o Grupo Renovador é mais homogêneo, tem superior trabalho de equipe e parece que obtém melhores resultados.

Confidencial

CSN/ NEXON.º 34



NOME: CONTURCCI - Sebastião

COGNOME: \_\_\_\_\_

Ocupação: Dep. Est. MILAGRE

FILIAÇÃO: \_\_\_\_\_

DATA DE NASCIMENTO: \_\_\_\_\_

NATURALIDADE: \_\_\_\_\_

NACIONALIDADE: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

IDENTIDADE: \_\_\_\_\_

TÍTULO DE ELEITOR: \_\_\_\_\_

PASSAPORTE: \_\_\_\_\_

OUTROS DOCUMENTOS: \_\_\_\_\_

COR: \_\_\_\_\_ CABELOS: \_\_\_\_\_ BARBA: \_\_\_\_\_ ESTADO CIVIL: \_\_\_\_\_

NOME DO CÔNJUGE: \_\_\_\_\_

NOME DOS FILHOS: \_\_\_\_\_

RES DE PARENTES: \_\_\_\_\_

HOBBIES: \_\_\_\_\_

SINAIS PARTICULARES: \_\_\_\_\_

OBSERVAÇÃO: \_\_\_\_\_

Espaço reservado à  
fotografia

DATA	CLASSIF	HISTÓRICO
		<p>pertence ao grupo da Assembleia Legislativa de</p> <p>Quênia, e se descreve: <u>Renovador do MDE</u></p> <p><u>identificando-se por suas atividades como</u></p> <p><u>uma de suas tarefas de caráter de liderança</u></p> <p><u>ref. 7-312.37/5195 e 5254</u></p>

Confidencial

SEBASTIÃO CONTRUCCI - cirurgião dentista, sem dados de qualificação, que residia na Av. Suburbana nº 8.768 - Piedade e que trabalhava no Largo da Carioca nº 5 - sala 113, figura aqui fichado como militante comunista, Presidente do Centro de Melhoramentos e da Comissão Pró-Ajuda à Imprensa Popular, segundo documentos apreendidos em 1948, por este DOPS. Segundo documentos // apreendidos em 29.10.1945, foi inscrito eleitor pelo PCB, sob o título nº 32.469. Segundo documentos apreendidos em 28.4.1955, era // assinante do jornal comunista "EMANCIPAÇÃO".-

\*\*\*\*\*

I.F.P.

COMISSARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

## SEÇÃO CRIMINAL do I.F.P. - Informações:

- 1º - JAMIL HAIDAR. Registro Civil 1.263.087, consta ter sido processado na 1ª D.D. em 27.10.61, como incurso no artigo 129 do C.P. (Lei. 564/60, dist. à 24ª V.C. // que o ABSOLVEU por sent. de 23.5.62, decisão que transitou em julgado.
- 2º - ROSELIU LOPES DA PONTE, filho de Antonio Lopes da Ponte e de Maria Matos da Ponte, brasileiro, natural do Estado da Guanabara, nascido em 17.3.1928, consta dois // processos: a)- identificado na 16ª DD em 17.11.53, como incurso no art. 359 c/c 68 inciso II, do C.P. Inq. 2.310, dist. à 23ª V.C., que o ARQUIVOU por // despacho de 31.12.53; b)- identificado na 22ª D.D. em 30.11.54, como incurso no art. 299, do C.P. // Proc. 211, dist. à 16ª V.C., que o ABSOLVEU por // sent. de 19.10.56, confirmada por acórdão de Tribunal de Justiça em 13.6.57. (Reg. Geral 116.323).
- 3º - FRANCISCO GAMA LIMA. Registros: Civil 154.231 e Geral 26.840, filho de Francisco de Freitas Lima Junior e de Anna Rodrigues da Gama Lima, brasileiro, natural do Estado de Minas Gerais, nascido em n/consta. Identificado na 3ª Delegacia Auxiliar em 30.4.1925, por agressão. Processo sem o resultado final.
- 4º - INEHO DO BRASIL. Registro Civil 1.263.087, filho de Manoel da Costa Brasil e de Maria Leonora da Costa Brasil, brasileiro, natural do Estado do Rio Grande do Sul, nascido em 9.2.1915, consta 5 processos: a)- identificado na 7ª DD em 16.4.62, no art. 155 c/c 12, do C.P. Flag. 198, dist. à 14ª V.C., que o CONDE-NOU a 8 meses de reclusão e multa de M.C. 60, sent. 18.7.62, passada em julgado; b)- identificado na 5ª DD em 4.2.53, no art. 59, da L.C. Penais. Flag. 63, dist. à 19ª V.C. em 5.2.63. Não consta o resultado final; c)- na D.V. em 10.10.63, no art. 59, da L.C. Penais. Proc. 2093/63, dist. à 17ª V.C. em 26.10.63. Não consta o resultado final; d)- identificado na D. C.C.8.P. em 12.10.67, no art. 132, do C.P. Flag. nº 360/67, não consta o destino; e)- identificado na 5ª D.D. em 19.3.68, no art. 155, do C.P. Inq. 169/68, também não consta o destino.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

RELATÓRIO de I.F.P. (Informações CONTINUAÇÃO).

SEBASTIÃO CONTRUCCI. Registro Civil 579.279, filho de Antônio Salva-  
 dor Contrucci e de Jovina Rogueira Contrucci, brasileiro,  
 natural do Estado de Rio de Janeiro, nascido em 12.6.1909,  
 consta ter sido identificado na 23ª D.D. em 9.11.54, como  
 incurso no art. 189, § 6º do C.P. Flac. 375/54, dist. à 4ª  
 V.C., que o ABSOLVEU por sent. de 17.11.55, passada em jul-  
 gado.

Cidade de Guapara, 9 de janeiro de 1969.

*Duplato*  
 Lúcio L. Galvão  
 Mal. 1.068,80

Visto  
*[Handwritten signature]*

Chefe de Seção Crimin.